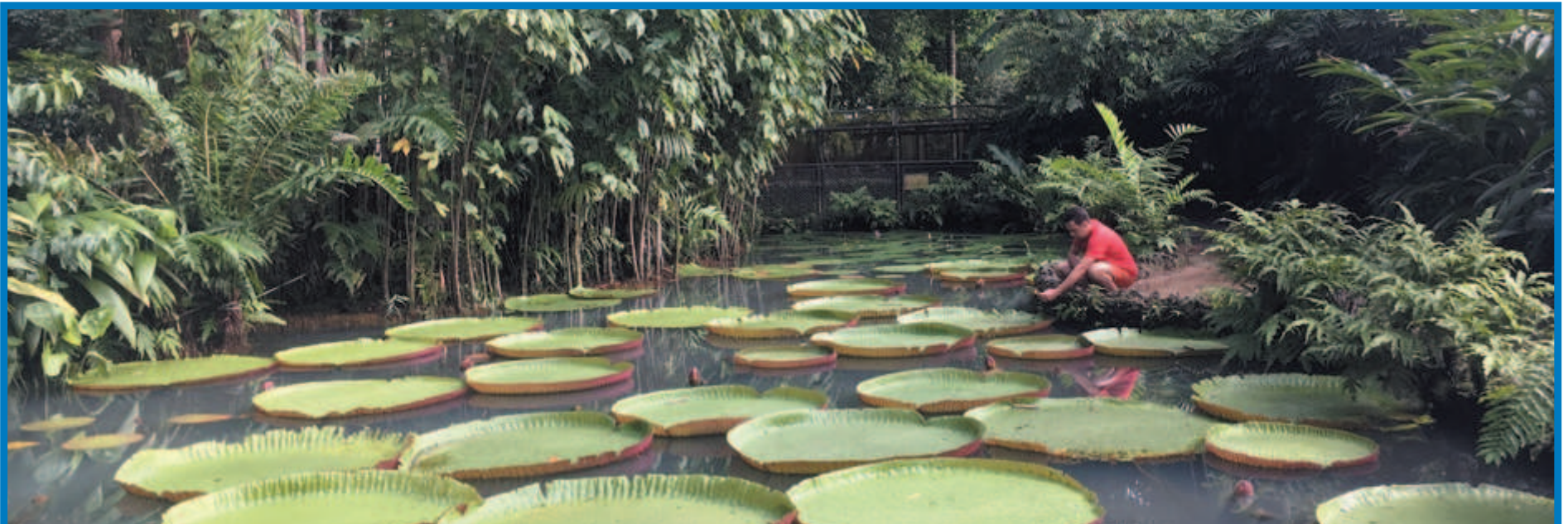




A Província do Pará

DESDE 1876 UM PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO

GRUPO MARAJOARA DE COMUNICAÇÃO - CEO: CARLOS SANTOS - DIRETORA ADMINISTRATIVA: ALINE SANTOS - BELÉM - PARÁ - BRASIL - Nº 34.190 - PREÇO: R\$ 5,00



PARQUE ZOOBOTÂNICO DO MUSEU GOELDI COMPLETOU 131 ANOS - PÁGINA 18

O *Pará* no rumo certo

● Estado encerrou 2025 com uma situação fiscal que permite continuar investindo e, ao mesmo tempo, manter uma ampla margem de segurança em relação aos limites de endividamento estabelecidos pela legislação. Dívida continua baixa em relação à arrecadação. O trabalho deve continuar - **PÁGINA 3**



PERIGO NO BRT

As faixas têm sido ocupadas irregularmente por carros de passeio, motociclistas e até por ciclistas.

PÁGINA 11



A CARA DE BELÉM

Forte apelo cultural e cardápios diversificados, as tapiocarias crescem e fazem sucesso na cidade.

PÁGINA 10

Terremoto sacode as bases do STF, em Brasília

● O STF já vinha acumulando controvérsias, decisões questionadas, conflitos sobre a atuação dos ministros. Respeitá-los não é defender ninguém. É defender a única coisa que, no fim, protege a todos.

PÁGINA 5

Chamadas insistentes e também indesejadas

● Atender ligações de números desconhecidos, a vítima já passa uma informação crucial, de que a linha está ativa e pode ser conectada. Isto está presente no seu dia-a-dia. As empresas de telefonia têm investido forte em novas tecnologias para coibir as ações abusivas e/ou criminosas.

PÁGINA 12

Muitos tropeços e dois canos de esperança

● As bets continuam arruinando a vida de muitos brasileiros. Elas diferem das antigas casas de apostas pois não pedem ritual, são algoritmos no bolso, notificações de celular e intimidade permanente, parasitando redes sociais, intervalos comerciais e até transmissões de futebol.

PÁGINA 19

MAX SANTOS E DEUEL SARGES, TRANSFORMAM MATÉRIA-PRIMA EM ARTE - PÁGINA 13

EDITORIAL

“Hora de separar o joio do trigo”

Toda vez que ocorrem eleições no Brasil, especialmente as majoritárias, é costume se dizer que será um pleito difícil, cheio de polêmicas. No entanto, a eleição deste ano, ao que parece, está bem ofuscada por denúncias de corrupção que envolvem as escalas dos três poderes e que forçaram um posicionamento de poderosos órgãos de imprensa como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e o Globo.

É de se observar que o emaranhado de confusões respinga para todos os lados, haja vista que todas as partes envolvidas/acusadas, levantaram o tapete do salão nobre para mostrar a sujeira por toda parte. Não escapou MP, Judiciário, Executivo e muito menos o Legislativo, onde um de seus pares acabou assumindo publicamente compromisso que contraria os mais impor-

tantes anseios populares, ainda que isso signifique sua morte política. Isso mostra que os “interesses” estão muito acima da vã filosofia do povo contribuinte ao pagar impostos que mantêm uma ordenha mecânica injusta e que age sem piedade num tripé chamado “sistema”.

A ideia geral, no chamado “tripé da democracia”, é que tudo acabe em pizza, porém, desta vez a coisa está mais difícil, haja vista ter a podridão saído do controle do sistema, tornando-se fatos públicos e notórios a partir de um homem bomba chamado Daniel Vorcaro. Nem a PF escapou, órgão que não deveria tomar partido.

Vai vencer, lógico, quem tiver mais bala na agulha ou cartas nas mangas, poder de argumento. Talvez, num debate, sejam os resultados das urnas definidos... Talvez.

HITMAKER

Paradigma

● POR ROBERTO BARBOSA

A retomada do debate sobre a obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo não deve ser tratada como uma reivindicação corporativa. A questão mais importante não é o que jornalistas ganhariam com a exigência, mas o que a sociedade ganha quando aqueles que exercem profissionalmente o jornalismo possuem formação específica para fazê-lo.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal derrubou a obrigatoriedade sob o argumento de que ela seria incompatível com a liberdade de expressão. Dezoito anos depois, o assunto volta ao debate em um cenário radicalmente diferente, marcado pelas redes sociais, pela desinformação em escala industrial e pela inteligência artificial capaz de produzir textos, imagens, áudios e vídeos falsos em poucos segundos.

É preciso, porém, desfazer uma confusão que acompanha essa discussão: liberdade de expressão e exercício profissional do jornalismo são coisas diferentes. Todo cidadão deve ter o direito de manifestar opiniões, criar canais, publicar textos e vídeos, denunciar problemas e participar do debate público sem possuir diploma. Jornalistas, entretanto, não são contratados simplesmente para dizer o que pensam. São profissionais encarregados



de apurar acontecimentos, verificar informações, confrontar versões, ouvir fontes, interpretar documentos e contextualizar fatos.

A nossa Constituição distingue a liberdade de manifestação do pensamento da liberdade de informação jornalística. Esta última é exercida profissionalmente e tem como destinatário final não o jornalista, mas o cidadão.

A experiência desde 2009 também demonstra que retirar o diploma não ampliou a liberdade de expressão dos brasileiros. Da mesma maneira, quando a formação era obrigatória, ninguém precisava ser jornalista para escrever artigos, conceder entrevistas, participar de programas ou manifestar suas opiniões.

Também não convence reduzir a defesa do diploma à legislação criada durante a ditadura. Defender hoje a formação superior não significa restaurar uma norma autoritária de 1969. Significa construir, democraticamente, uma regulamentação profissional adequada ao século 21.

O diploma, evidentemente, não garante bom jornalismo. Existem maus profissionais diplomados em qualquer área. Sua finalidade é outra: estabelecer um patamar mínimo e público de qualificação. Nos cursos de Jornalismo, estudantes aprendem técnicas de reportagem, investigação e verificação, além de ética, legislação, direitos humanos, política, economia, ciência e tecnologias digitais. Portanto, não é o pedaço de papel que importa, mas a formação que ele certifica.

A pergunta correta, então, não é “por que jornalistas precisam de diploma?”, mas “por que a sociedade precisa de jornalistas qualificados?”

Uma informação jornalística pode atingir uma reputação, revelar corrupção, fiscalizar recursos públicos, interferir no debate eleitoral ou orientar a população durante uma emergência. A pandemia mostrou de maneira dramática como informações verificadas e desinformação podem produzir consequências concretas para a sociedade.

Na era da inteligência artificial, essa responsabilidade aumenta. O diploma não impedirá fake news, mas profissionais precisam estar preparados para verificar imagens, dados e documentos, identificar manipulações e compreender os mecanismos de produção e circulação da desinformação, que isso sirva de reflexão para todos.

ARTIGO



LÚCIO FLÁVIO PINTO - JORNALISTA E SOCIOLOGO

A Hora dos Ruminantes

Eu não sabia quem era José J. Veiga. Era sábado, um dia especial. No final da manhã, para nós, da redação de A PROVÍNCIA DO PARÁ, bastava atravessar a rua Campos Sales, para entrar na Livraria Martins, a mais completa de Belém (e ainda é, acho eu) para ver as novidades. Depois, juntava-me aos amigos para o tradicional ponto de encontro de intelectuais (ou pretendentes ao título) e íamos para o footing, para vermos e sermos vistos, principalmente pelas garotas.

O comparecimento de jovens e “velhos”, estes com mais de 30 anos, concentrado em frente às Lojas Brasileiras (ou 4 e 400, o único título que não seguiu o nome comercial da empresa pelo restante do país, era a Lóbrás). Esse detalhe permitiu a Carlos Gomes Lopes, o saudoso secretário do jornal, me aplicar o primeiro apelido: sovaco ilustrado (graças a uma conta corrente, que eu tinha no balcão da loja, me garantir comprar mais livros, pagos em algumas suaves prestações, sem qualquer acréscimo).

A Hora dos Ruminantes foi paixão à primeira vista, naquele fim de 1966. Como a novela é curta, do mesmo tamanho de Os Cavalinhos de Platiplanto, que marcou a estreia do escritor. Fui ler depois do almoço em casa. Lendo uma resenha do Correio da Manhã, descobri que José J. Veiga trabalhava na redação de Seleções do Readers Digest, uma revista muito vendida na época, que representava o American way of Life. Não era exatamente o nosso caminho. Mantive a assinatura durante vários anos. Com proveito.

Quando eu dava aulas sobre atualidades no cursinho do vestibular do Centro Acadêmico da Escola de Sociologia e Política de São Paulo foi que encontrei uma maneira de cobrar dos alunos que comprassem o livro e o lessem. Duvido que alguém interessado em livros deixe esses ruminantes de lado. É uma das melhores páginas da literatura brasileira, com o poder da primeira frase de Anna Karenina, do grande Tolstoy: “Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua maneira”.

Quando José J. Veiga estreou na literatura, já era um homem maduro. Aos 44 anos, lançou em 1959 Os Cavalinhos de Platiplanto, um livro de contos do goiano de pouco mais de 150 páginas que li de imediato, ao chegar em casa. Carreguei-o comigo ao ir ara São Paulo. Uma das minhas atividades na capital paulista e tão contundente que os críticos não sabiam muito bem como classificá-lo. Alguns diziam tratar-se de literatura fantástica, outros faziam ressalvas. O fato é que na surdina e passando quase despercebido, José J. Veiga foi atraindo a atenção de autores e críticos atentos à literatura brasileira, como Antonio Candido, Silviano Santiago e José Castello. Considerado o romance mais importante do autor, A Hora dos Ruminantes conta a história da pequena cidade de Manarairema, que vê a sua rotina alterada por acontecimentos inexplicáveis. Primeiro uma legião de homens, de procedência desconhecida, decide acampar na cidade.

Os moradores, temendo represálias e com medo dos visitantes misteriosos, passam a especular sobre a intenção do grupo. Depois, a cidade é tomada por cães, que chegam às dúzias no vilarejo, causando uma inversão de papéis: enquanto os moradores ficam acucados em suas casas, os animais passeiam livremente pela cidade. E, por último, a chegada de centenas de bois completa o quadro alegórico do romance. José J. Veiga possui uma qualidade que inúmeros autores gostariam de ter, pois é capaz de agradar tipos muito diferentes de leitores, de jovens estudantes a leitores maduros, de admiradores da prosa fantástica aos fãs da narrativa realista. Com a reedição da obra completa do autor pela Companhia das Letras, com prefaciadores convidados, fotos do autor e sugestões de leitura, José J. Veiga finalmente é resgatado para cravar a sua marca no grupo seleto de autores da melhor tradição literária brasileira.

A Província do Pará

FUNDADO EM 1876 POR JOAQUIM JOSÉ DE ASSIS, FRANCISCO DE SOUZA CERQUEIRA E ANTONIO JOSÉ DE LEMOS
DE 1947 A 1996 INTEGROU O CONDOMÍNIO ACIONÁRIO DOS DIÁRIOS E EMISSORAS ASSOCIADOS

A PROVÍNCIA DO PARÁ É UMA EMPRESA DO GRUPO MARAJOARA DE COMUNICAÇÃO
EDITADO POR ESPAÇO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 04.901.141/0001-36

CONTATOS: aprovinciadoparanews@gmail.com - PUBLICIDADE: aprovinciadoparacomercial@gmail.com
Fone/WhatsApp: (91) 98475-9389

CEO DO GRUPO MARAJOARA: CARLOS SANTOS
DIRETORA ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA: ALINE SANTOS
DIRETOR DE REDAÇÃO: ROBERTO BARBOSA

EDITORIA RESPONSÁVEL: NAZARÉ SARMENTO
ARTE FINALISTA: DEL SALOMÃO - FOTOS: RAY NONATO
REPORTAGEM: ERISON CRISPIM DE SOUZA JÚNIOR

OS PONTOS DE VISTAS E ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES,
E NÃO CORRESPONDEM NECESSARIAMENTE À OPINIÃO DO JORNAL

Equilíbrio Fiscal e Econômico

“Estado encerrou 2025 com dívida equivalente a 23% da receita corrente líquida, enquanto o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 200%; arrecadação própria cresceu 140% desde 2018”



● **MESA DIRETORA DA ALEPA, RECEBEU DO GOVERNO, OS NÚMEROS DE SUA RECEITA RECORRENTE**

Zona de Conforto

● **DA REDAÇÃO**

O Pará encerrou 2025 com uma situação fiscal que permite ao Estado continuar investindo e, ao mesmo tempo, manter uma ampla margem de segurança em relação aos limites de endividamento estabelecidos pela legislação. Apesar do aumento nominal da dívida nos últimos anos, os indicadores oficiais mostram que o estoque da dívida permanece baixo quando comparado à capacidade de arrecadação estadual.

De acordo com os dados apresentados pelo Governo do Pará à Assembleia Legislativa, a Dívida Consolidada fechou 2025 em R\$ 10,3 bilhões, equivalente a 23% da Receita Corrente Líquida (RCL). O percentual está muito distante do limite de 200% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os Estados. A Dívida Consolidada Líquida ficou ainda menor, em 9% da RCL. Na prática, significa que o Pará possui uma relação dívida/receita bastante confortável, segundo a Secretaria de Estado da Fazenda.

INDICADORES FISCAIS

Dívida Consolidada em 2025 - **R\$ 10.3 bilhões** - Dívida/Receita Corrente Líquida - **23%** - Limite da LRF - **200% da RCL** - Dívida Consolidada Líquida - **9% da RCL** - Receita própria em 2018 - **R\$ 16,4 bilhões** - Receita própria em 2025 - **R\$ 39 bilhões** - Crescimento da receita própria - **140%** - Superávit de janeiro a agosto de 2025 - **R\$ 1,18 bilhão** - Investimentos de janeiro a agosto de 2025 - **R\$ 3,7 bilhões** - Orçamento estadual para 2026 - **R\$ 54,25 bilhões** - Investimentos previstos para 2026 - **R\$ 4,5 bilhões**

RECEITA CRESCE 140%

Um dos principais indicadores positivos das contas estaduais está no fortalecimento da arrecadação própria.

Dados apresentados pela Sefa em audiência pública na Alepa mostram que a receita corrente própria do Pará passou de R\$ 16,4 bilhões, em 2018, para R\$ 39 bilhões em 2025, crescimento de aproximadamente 140% em oito anos.

No mesmo período, a receita corrente proveniente de transferências passou de R\$ 9 bilhões para R\$ 21,8 bilhões. O resultado revela um aumento importante da capacidade do Estado de gerar recursos próprios para financiar políticas públicas e investimentos.

Segundo a Sefa, o desempenho está relacionado à modernização dos mecanismos de arrecadação, à melhoria dos sistemas da Secretaria da Fazenda e ao combate direto

contra a sonegação fiscal.

SEM ROMPER OS LIMITES

A situação fiscal também aparece na capacidade de investimento. Entre janeiro e agosto de 2025, o Estado registrou superávit de R\$ 1,18 bilhão e executou R\$ 3,7 bilhões em investimentos, incluindo obras relacionadas ao legado da COP30. Os números foram apresentados pelo Executivo durante audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Alepa.

No resultado fechado de 2025, o resultado primário ficou em -R\$ 769 milhões. Embora negativo, o número foi considerado positivo do ponto de vista da meta fiscal porque ficou 80% melhor que o resultado projetado na LDO, que admitia déficit de até R\$ 3,85 bilhões.

OBRAS E SERVIÇOS

Em 2025, a Alepa autorizou o Executivo a contratar até R\$ 3,809 bilhões em operações de crédito com instituições financeiras nacionais. A autorização não significa, necessariamente, que todo o valor tenha sido contratado ou desembolsado de uma só vez.

Pela lei aprovada, os recursos foram destinados a programas de infraestrutura, saneamento, saúde, desenvolvimento urbano, cultura, esporte e lazer, além da possibilidade de destinação de até R\$ 200 milhões para a capitalização do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado.

ORÇAMENTO

A capacidade de planejamento também aparece no orçamento de 2026. A Lei Orçamentária Anual aprovada pela Alepa esti-

ma receitas e fixa despesas em R\$ 54,249 bilhões, uma das maiores peças orçamentárias da história do Estado.

Do total, estão previstos aproximadamente R\$ 4,5 bilhões para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional.

A previsão inclui cerca de R\$ 10 bilhões para Educação, R\$ 6,7 bilhões para Saúde, R\$ 557,7 milhões para Gestão Ambiental e R\$ 1,9 bilhão para Transporte.

SEM RISCO FISCAL

O crescimento do estoque da dívida estadual precisa ser analisado em conjunto com o crescimento da receita. É justamente essa relação que impede que o aumento nominal da dívida seja interpretado automaticamente como deterioração das contas públicas.

O próprio Tesouro Nacional explica que a avaliação da capacidade de pagamento dos Estados considera três grandes dimensões: endividamento, poupança corrente e liquidez. A metodologia existe justamente para avaliar se um novo financiamento representa risco para as contas públicas.

CAPACIDADE DE INVESTIR

O quadro apresentado pelos números oficiais é, portanto, diferente da ideia de um Estado pressionado por uma dívida sem controle.

Para um Estado que precisa ampliar infraestrutura, saneamento, saúde, mobilidade e serviços públicos em um território de dimensões continentais, a utilização responsável de crédito pode funcionar como instrumento para acelerar obras sem comprometer, neste momento, o equilíbrio das contas estaduais.

Os dados oficiais disponíveis até o momento indicam que o Pará mantém folga fiscal e capacidade de investimento, mesmo diante da expansão do endividamento nos últimos anos.

● **HELDER, DEIXOU COMO LEGADO, UM ESTADO CAPAZ DE GERAR RECURSOS PRÓPRIOS PARA FINANCIAR POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS**



PRIMEIRA COLUNA

‘Não serei novo Mauro Cid’

● Foi o que disse Karina Gama, produtora de “Dark Horse”, alvo de operação da PF, após ter sido procurada por um advogado e um pastor que lhe ofereceram auxílio caso quisesse delatar. Ela nega irregularidades e alega que contratos são protegidos por cláusulas de sigilo e confidencialidade.

Oferta de empregos

● Dados do Observatório do Trabalho do Pará, que estão sendo divulgados, apontam que a rede de intermediação de mão de obra disponibilizou 33.517 vagas de emprego em 2025 no Estado. O Observatório é fruto de uma parceria entre o escritório paraense do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese Pará) e a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster). O balanço mostra que, ao longo do ano, foram registrados 14.487 trabalhadores inscritos, 17.686 encaminhamentos e 2.996 colocações no mercado de trabalho. As vagas foram captadas junto a 2.277 estabelecimentos empregadores.

Concentração

● O Observatório do Trabalho revelou também que apenas cinco municípios concentraram, no período, quase 80% das vagas. A oferta de oportunidades ficou fortemente concentrada nos municípios com maior dinamismo econômico. Barcarena liderou com 6.638 vagas; seguida por Parauapebas, com 6.099; Canaã dos Carajás, com 5.992; Marabá, com 4.627; e Paragominas, com 2.829. Juntos, esses cinco municípios responderam por 26.185 vagas, o equivalente a 78,1% de todas as oportunidades registradas no Estado.

Minerais

● O senador Beto Faro (PT-PA) está realizando uma série de reuniões com especialistas e representantes da sociedade civil para debater a implantação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, que foi aprovada recentemente pelo Congresso. Segundo Faro, “a proposta é ouvir todos os segmentos para contribuir de forma democrática com a regulamentação da nova lei”.

DE REPENTE...

● Nos bastidores da campanha no Pará, a avaliação é de que o posicionamento do senador Zequinha Marinho em relação ao ministro Alexandre de Moraes lhe rendeu dividendos políticos. Foi o único senador paraense a assinar o pedido de impeachment.

● Com a repercussão do caso, outros candidatos ao Senado passaram a abraçar a pauta e endurecer o discurso contra Moraes. O movimento alcançou até nomes identificados com o campo governista e apoiadores do presidente Lula.

● A leitura nos bastidores é simples: se a posição ajudou Zequinha, ninguém quer deixar essa bandeira exclusivamente em suas mãos. A indignação virou terreno de disputa eleitoral. Na política, quando uma pauta começa a render dividendos, todo mundo quer surfar na onda.

● A Henvil Navegação amplia sua presença no Maranhão com novos equipamentos e promete reduzir o tempo de viagem entre Belém e São Luís. A empresa paraense, que já atua em várias travessias no Estado, incluindo Marajó, Barcarena e Bujaru, começa a olhar com mais atenção para além das fronteiras paraenses.

● Os Correios entraram em greve por tempo indeterminado e o brasileiro já conhece o roteiro: a encomenda atrasa, a conta chega e o contribuinte paga a conta de uma estatal que há anos parece incapaz de entregar eficiência. No fim, a correspondência mais rápida continua sendo a notícia do prejuízo.

● Caiu o sigilo e a crise do STF atravessou a fronteira e o caso Master já expõe o Supremo na imprensa internacional. O constrangimento agora é mundial.

● André Mendonça rebateu Moraes, negando o sigilo parcial no caso Master. No STF, agora até a matemática entrou no plenário: 180 peças viraram mais um capítulo da guerra entre ministros.

● Andrei Rodrigues disse que só cumpriu ordem de Moraes nos relatórios contra Mendonça, com a crise do STF ganhando um novo ingrediente explosivo: ninguém discute mais apenas o apócrifo relatório, mas quem mandou fazê-lo.

● Relator do caso Master e do escândalo dos descontos ilegais no INSS, André Mendonça agora usa colete à prova de balas, carro blindado e tem proteção estendida à família. Quando investigar exige blindagem, o alerta institucional já está no vermelho.

Glossário

“Democracias podem perder qualidade enquanto seus rituais permanecem intactos. O que se deteriora é menos visível: a disposição coletiva para aceitar que ninguém possui o monopólio da verdade, do patriotismo ou da própria democracia”

Democracia



Como ela morre

● POR ROBERTO BARBOSA

Democracias nem sempre morrem com tanques nas ruas, Congressos fechados e generais anunciando o fim das liberdades. Às vezes, adoecem lentamente. Continuam realizando eleições, preservam tribunais e mantêm parlamentos. Tudo parece estar no lugar. Até que algo essencial se perde.

Essa é uma das advertências em *Como as Democracias Morrem*, dos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Publicado em 2018, o livro não serve como régua para diagnosticar automaticamente o Brasil, mas oferece uma lente incômoda para interpretar a crise nacional.

Os autores destacam duas regras não escritas fundamentais à sobrevivência democrática: tolerância mútua e reserva institucional. A primeira significa reconhecer a legitimidade do adversário. Democracia não exige concordância. Existe justamente para administrar divergências. O problema começa quando o adversário deixa de ser concorrente e passa a ser tratado como inimigo. Esse é um dos sintomas da doença brasileira.

A eleição tornou-se, para parcelas crescentes da sociedade, uma batalha pela sobrevivência. Se o outro lado vencer, o país estará perdido. Se determinado grupo controlar uma instituição, tudo estará corrompido.

Quando o adversário é transformado em ameaça existencial, qualquer instrumento para derrotá-lo parece aceitável. As regras, antes patrimônio coletivo, passam a ser obstáculos inconvenientes.

nientes.

Também se tornou comum avaliar as instituições a partir de uma pergunta perigosamente simples: estão do meu lado? Se estão, funcionam. Se não estão, precisam ser combatidas.

Essa lógica não pertence exclusivamente à direita ou à esquerda. Está disseminada no ambiente político brasileiro. Cada grupo conhece os limites que deveriam ser impostos ao adversário, mas poucos demonstram o mesmo entusiasmo ao discutir os próprios limites.

É nesse ponto que a segunda advertência de Levitsky e Ziblatt ganha importância. Nem tudo o que é permitido é necessariamente saudável para a democracia.

Uma instituição pode ter determinado poder e escolher não utilizá-lo até o limite. Um governante pode encontrar uma brecha legal e decidir não explorá-la. Esse autocontrole não é fraqueza. É maturidade democrática.

O perigo surge quando todos passam a acreditar que a gravidade do momento justifica medidas excepcionais. Um lado deseja ultrapassar limites para combater o “sistema”. O outro aceita ampliar poderes para defender a democracia daqueles considerados seus inimigos. E assim a exceção sempre encontra uma justificativa.

O Brasil não precisa de um obituario para a democracia. Seria precipitado decretar a morte. Existem eleições, alternância de poder e instituições funcionando. Mas ignorar os sintomas seria igualmente irresponsável.

Democracias podem perder qualidade enquanto seus rituais permanecem

intactos. A uma continua recebendo votos. O Congresso mantém as portas abertas. Os tribunais seguem julgando. O que se deteriora é menos visível: a disposição coletiva para aceitar que ninguém possui o monopólio da verdade, do patriotismo ou da própria democracia.

Talvez o maior perigo para o Brasil não seja a chegada de um salvador da pátria disposto a destruir todas as regras. O risco mais profundo está em uma sociedade na qual cada lado aceita relativizar essas regras desde que o primeiro atingido seja o adversário. É assim que a política deixa de ser convivência e se transforma em guerra. E nenhuma democracia sobrevive por muito tempo quando derrotar o inimigo se torna mais importante do que preservar o jogo.

Tipos de Democracia

● **DIRETA:** O povo toma as decisões políticas diretamente em assembleias ou votações (como na Grécia Antiga).

● **REPRESENTATIVA:** O povo elege representantes (como prefeitos, vereadores e presidentes) para governar em seu nome.

● **PARTICIPATIVA:** O modelo representativo é complementado por consultas populares, como plebiscitos e conselhos.

Ser uma sociedade democrática significa viver em uma comunidade onde o poder pertence ao povo, e as decisões políticas e a convivência são guiadas pela participação de todos, pelo respeito às leis e pela proteção dos direitos fundamentais.

À PARTE



● ROBERTO BARBOSA

Cidade Nossa: Que cada um seja o que quiser!



Não param de chegar notícias sobre alguém que foi agredido pelo simples fato de ser quem é. As estatísticas de feminicídios estão aí para comprovar: ser mulher é cada vez mais perigoso. Próxima ou desconhecida de nós, ela está vulnerável à vontade masculina, a homens que muitas vezes a tratam como “coisa”, mercadoria adquirida e da qual não se quer abdicar.

Imagine, então, pelo que passam as mulheres que não nasceram mulheres, mas decidiram sê-lo. Não é isolada a notícia de que uma mulher transexual foi perturbada, ameaçada ou agredida simplesmente por existir. Ela está lá, vivendo a sua vida cotidiana com medo, porque a qualquer momento, alguém pode questionar o seu direito de ser. Normalmente, questionar usando a força.

A lista é grande: pessoas negras, gordas, gays, lésbicas, adeptos das religiões de matriz africana. E por aí vai. Gente que não segue um padrão, padrão este que foi inventado por não sei quem e no qual uma parcela ínfima da humanidade se encaixa. E, por não caber nesse modelo, passa a vida sendo confrontado pelos mais diversos constrangimentos.

Quando cai num estereótipo aos olhos dos outros, o negro, por exemplo, tem que provar que não é ladrão; o gordo, que não é preguiçoso e desleixado; o gay, que não está interessado em todos os homens que passam pela frente dele; os umbandistas, que não estão reunidos para fazer o mal.

Reconheço que o “diferente” de nós, em um primeiro momento, pode causar estranhamento. Há mais de 30 anos, minha pele mais escura provocou curiosidade, estudei em uma escola, onde a maioria era descendente de europeus loiros. Mesmo hoje em dia, com 2026 caminhando, ainda estou aprendendo com a diversidade de gêneros, que não corresponde mais ao que a gente enxerga superficialmente na pessoa.

O problema não está em “estranhar”. É o degrau seguinte que tem que mudar. A gente precisa estar disponível para rever conceitos e minimizar os julgamentos. Admitir que necessita de mais tempo para absorver novidades. Mas, principalmente, não colocar a nossa vida e os nossos valores como único parâmetro a ser seguido por todos à nossa volta. Vidas são individuais e o parâmetro delas é o que cada um deseja para si e o que cada um dá conta de carregar anos a fio.

Outra providência importante é abandonar o verbo “aceitar”. Seres humanos não são passíveis de aceitação, não devem ser julgados o tempo todo por um tribunal invisível que decide quem pode continuar a viver em paz. O verbo “respeitar” é mais condizente. Quem não concordar com o gênero, as escolhas ou o estilo de vida do outro, é só optar por não conviver de perto com essa pessoa. Civilizadamente, a gente escolhe de quem se aproximar. Os outros, a gente respeita.

Crise no Supremo Tribunal Federal

“Respeitá-los não é defender ninguém. É defender a única coisa que, no fim, protege a todos. O único apelo que se faz é que os fatos sejam apurados com rigor”

Tiraram a roupa do rei

Começou a aparecer na imprensa nacional uma explicação confortável para o terremoto que sacode o Supremo Tribunal Federal: A Corte estaria excessivamente politizada e os grupos políticos teriam transformado ministros em protagonistas da disputa pelo poder. Pode ser - o problema é que essa explicação chega tarde.

Muito antes de o calendário eleitoral produzir seus primeiros grandes confrontos, o Supremo já vinha acumulando controvérsias, decisões questionadas, conflitos sobre os limites de atuação dos ministros e uma concentração de poder que, goste-se ou não, passou a alimentar desconfianças sobre a própria Corte. Agora, porém, aconteceu algo diferente.

A crise deixou de ser apenas uma discussão entre o Supremo e seus críticos e entrou na sala dos ministros. Convenhamos, quando um ministro do STF pede ao presidente da Corte que investigue outro ministro, enquanto o presidente determina que ambos prestem esclarecimentos sobre fatos relacionados a uma investigação da Polícia Federal, já não parece suficiente explicar tudo como efeito colateral da eleição.

O episódio Vercaro

A divulgação de mensagens encontradas pela Polícia Federal no celular de Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master, foi o estopim. O material trouxe à tona comunicações entre Vercaro e Alexandre de Moraes e reacendeu questionamentos sobre os contatos do empresário com autoridades. O caso ganhou dimensão ainda maior depois que o ministro André Mendonça retirou o sigilo de parte do material. A partir daí, a crise tomou uma direção inesperada.

Moraes encaminhou a Edson Fachin pedido para que fossem investigadas condutas atribuídas a Mendonça, apontando possíveis crimes de abuso de autoridade, improbidade e crime de responsabilidade. Fachin não ficou apenas olhando.

O presidente do Supremo determinou que Moraes, Mendonça, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o diretor-geral da Polícia Federal prestassem esclarecimentos sobre as circunstâncias relacionadas aos diálogos e à apuração. É difícil imaginar sinal mais evidente de que alguma coisa mudou dentro da Corte.

Não cabe na eleição

É claro que a proximidade das eleições transformou o episódio em munição política. Flávio Bolsonaro e seus aliados passaram a explorar a crise, enquanto setores ligados ao governo Lula também tentaram administrar seus efeitos. Mas há uma diferença fundamental entre dizer que a eleição politizou a crise e afirmar que a eleição criou a crise. São coisas completamente diferentes.

A eleição pode ter jogado gasolina sobre a fogueira. Não acendeu o fósforo. E talvez seja justamente aí que algumas das análises mais recentes da mídia nacional estejam perdendo o essencial.



● **STF: “CASA DAS LEIS OU ‘CASA DA MÃE JOANA?’”**

O Supremo “se explica”

A situação ganhou mais uma camada. Gilmar Mendes propôs a Fachin que delegados da Polícia Federal deixem de atuar nos gabinetes dos ministros do Supremo. Atualmente, há seis delegados cedidos à Corte, inclusive nos gabinetes de Moraes e Mendonça. A discussão ocorre justamente quando a relação entre ministros, PF e investigações passou a ser uma das áreas mais sensíveis da crise.

Também vieram a público referências ao procurador-geral Paulo Gonet em mensagens relacionadas a Vercaro, provocando desconforto dentro da própria PGR e discussões sobre eventual afastamento por cautela em procedimentos ligados ao caso. Ou seja: a crise já não tem um único personagem. Ela envolve Supremo, Polícia Federal, Procuradoria-Geral da República e empresários investigados. E, sobretudo, começou a produzir uma pergunta institucional que é muito maior que Alexandre de Moraes: quem fiscaliza quem quando os próprios fiscais passam a fazer parte do problema a ser explicado.

O déjà vu

Há algo de familiar nessa história. O Brasil já assistiu a instituições que deveriam funcionar como árbitros no centro do jogo. Já viu poderes que deveriam se controlar mutuamente e estabelecerem relações tão estreitas que o público passou a ter dificuldade para distinguir coope-

ração institucional de proximidade excessiva.

Seria ingenuidade fingir que o Supremo não está pisando em terreno cada vez mais escorregadio. A prudência que durante muito tempo recomendou silêncio diante de episódios isolados agora precisa ser substituída por outra virtude republicana: a capacidade de perguntar – e perguntar não é condenar, investigar não é perseguir, cobrar explicações não é conspirar e transparência não deveria ser uma concessão de nenhuma instituição pública - muito menos da Suprema Corte.

Eleição vem depois

Talvez a história registre 2026 como o ano em que o conflito político contaminou definitivamente a relação entre o Supremo e a sociedade. Ou talvez registre algo mais incômodo: que a eleição apenas encontrou uma crise institucional que já estava madura.

Porque fatos não nascem em ano eleitoral. Eles apenas podem ser descobertos com mais barulho. E agora, enquanto Brasília discute quem ganha ou perde politicamente com o terremoto, há uma pergunta que permanece acima das campanhas, dos partidos e das torcidas: se está tudo dentro da normalidade, por que o próprio Supremo precisa abrir um procedimento para descobrir o que aconteceu?

Transcrito do Blog de Olavo Dutra



● **Retrato do Brasil: ministro pede investigação de ministro, e ministro dá prazo a ministros para esclarecer denúncias entre ministros**

CABO DE GUERRA

Fachin: “Crise não pode contaminar o país”

A crise que abriu uma rachadura inédita no Supremo Tribunal Federal começou a produzir uma consequência que talvez seja ainda mais grave do que a guerra entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça: já não é possível mantê-la confinada às paredes da Corte.



Edson Fachin, (foto), presidente do STF, poderia assumir diretamente os casos Master e INSS, hoje sob relatoria de Mendonça, numa tentativa de retirar das mãos dos dois polos em confronto parte da munição que alimenta a crise. A informação foi divulgada e confirmada por diferentes relatos sobre as movimentações internas da Corte.

A operação, porém, está longe de ser simples. As possibilidades regimentais para que Fachin avoque os processos são limitadas e sua equipe procura uma saída jurídica que não transforme uma tentativa de pacificação em mais um capítulo da própria guerra. A questão é quem controla a crise.

Há, dentro do Supremo, quem enxergue a retirada dos casos de Mendonça como uma maneira de conter o ministro que passou a confrontar abertamente decisões e métodos associados à condução de investigações envolvendo Moraes. A versão atribuída a interlocutores de Fachin, porém, é outra: o presidente da Corte estaria procurando reduzir a capacidade de ataque dos dois lados – o que tem uma diferença importante.

Se Fachin simplesmente retirar os processos de Mendonça, poderá parecer que o presidente do STF entrou na disputa para neutralizar um dos contendores. Se assumir os casos para submetê-los a uma condução institucional mais ampla, poderá tentar vender a operação como uma espécie de intervenção de emergência para salvar a própria Corte – e, nesse caso, a diferença entre as duas coisas é enorme. Fachin está tentando pacificar o Supremo ou impedir que a guerra entre ministros destrua a autoridade do Supremo? A resposta talvez esteja nas próximas decisões.

O ministro da hora

Nesse ambiente, começa a circular outra hipótese que até pouco tempo atrás parecia impensável: a possibilidade de Alexandre de Moraes deixar o Supremo. É preciso separar rumor de fato. Não há confirmação de que Moraes esteja prestes a renunciar, e a própria sucessão da presidência do STF em 2027 ainda não está formalmente definida, mas a hipótese já deixou de ser assunto exclusivamente de redes sociais.

A possibilidade de uma saída antecipada passou a aparecer no debate político e nos bastidores como uma das alternativas para reduzir a temperatura da crise - e aqui o ponto é interessante, uma vez que quando a permanência de um ministro começa a ser discutida como parte da solução de uma crise institucional, a crise já mudou de natureza.

Não se trata mais apenas de saber quem tem razão na disputa entre Moraes e Mendonça. É preciso saber o que acontecerá com os processos, com a Polícia Federal, com as relações entre os Poderes e com a própria autoridade do STF depois que essa guerra terminar.

Treze ex-ministros e ex-presidentes do Supremo, entre eles Celso de Mello, Ellen Gracie, Joaquim Barbosa e Rosa Weber, enviaram a Fachin uma carta pedindo resposta institucional diante do que classificaram como a “mais aguda crise” da história do tribunal. Pediram, entre outras coisas, uma sessão pública do plenário para apurar os fatos com rigor e respeito ao devido processo legal. É um sinal que não deveria ser ignorado. Fachin, portanto, está diante de uma escolha que vai muito além de avocar ou não dois processos. Cabe a ele decidir os próximos passos da crise institucional.

Paradoxo

“Na política brasileira recente, os líderes são consumidos por problemas que eles mesmos criam. É um sobe e desce constante. São devorados pela revolução que provocam”



Crepúsculo dos Deuses

● POR ROBERTO BARBOSA

Há uma dura e cruel realidade na política brasileira recente: os líderes são consumidos por problemas que eles mesmos criam. É um sobe e desce constante. São devorados pela revolução que provocam. O então poderoso Fernando Collor caiu do pedestal depois que seu irmão Pedro fez graves denúncias contra ele e seu tesoureiro particular, o notório Paulo César Farias. Em tempos recentes o ex-presidente se envolveu em outras confusões. Ele, hoje, está preso em Maceió. PC Farias foi assassinado.

A história política recente esqueceu uma variável importante. José Dirceu foi preparado por Lula para ser seu sucessor. Ele chegou ao posto de poderoso chefe da Casa Civil, homem forte do governo. No entanto, o deputado Roberto Jefferson denunciou a existência do mensalão. José Dirceu foi processado na Câmara dos Deputados e confrontado pelo mesmo Roberto Jefferson: “Vossa excelência me desperta os mais baixos instintos”. Tempos depois, Jefferson recebeu a Polícia Federal a tiros. Também foi preso e cumpre sentença.

José Dirceu foi cassado pelo plenário da Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2005, por 293 votos a favor, 192 contra, oito abstenções, um voto em branco e outro nulo. Perdeu o mandato e foi preso. Retornou à liberdade por decisão de ofício do ministro Dias Toffoli. Ele tenta retornar à política, agora como deputado federal por São Paulo. Foi preparado para substituir Lula na cadeira presidencial. Mas quem recebeu este presente foi Dilma Rousseff, que se mostrou incapaz de bem exercer o cargo. Foi cassada pelo Congresso, sob a presidência

do ministro Ricardo Lewandowski. Foi candidata ao Senado, por Minas Gerais, e perdeu. Ela é, neste momento, presidente do Banco dos Brics, com residência na China, bem longe do Brasil e da presidência de Lula.

Há outros exemplos do sobe e desce constante. Sérgio Moro foi uma estrela em ascensão. Começou como discreto juiz em Curitiba e conseguiu projeção nacional. Chegou a ministro da Justiça e postulante a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Foi tragado pela ira dos supremos. Conseguiu se eleger senador e disputa agora o cargo de governador do Paraná.

Não esquecer da trajetória de Lula. Dirigente sindical, deputado constituinte, líder da esquerda, grande timoneiro do Partido dos Trabalhadores, presidente da República três vezes, em disputa de seu quarto mandato. O sindicalista passou mais de 500 dias preso no cárcere da Polícia Federal em Curitiba. O influente, e saudoso para alguns, Antônio Carlos Magalhães costumava lembrar que, “em política, no Brasil, a gente morre várias vezes. Na vida só uma”. Ele já morreu na sua única vida. Na política, sobreviveu em diversas ocasiões.

Exemplo mais recente e gritante é de Jair Bolsonaro. Ele era um zero à esquerda na política nacional. Oficial de baixa patente que se notabilizou por ser voz discordante nos quartéis. Fazia muito barulho por causa de salários dos militares. De um dia para o outro, quando a população mostrou estar cansada do populismo de Lula, ele achou uma brecha e começou a crescer na opinião dos eleitores. E foi objeto de uma tentativa de assassinato. Recebeu uma facada em plena luz do dia, na cidade de Juiz de Fora, durante comício. Não precisou fazer campanha. Não

compareceu a nenhum debate. Foi eleito na cama do hospital.

Na Presidência da República, foi um desastre. Parecia adolescente em férias. Cometeu uma série de bobagens juvenis. Constrangeu dirigentes estrangeiros. Humilhou brasileiros no grave momento da covid-19. Incentivou militares a dar golpe de Estado. Hoje, está preso em sua residência, em Brasília, sem poder manter contato sequer com o filho candidato à Presidência da República, por decisão do inclito ministro Alexandre de Moraes.

O poderoso Alexandre de Moraes experimenta o mesmo destino. Ele foi o algoz de Jair Bolsonaro. Determinou penas longuíssimas para os acusados pela tentativa de golpe de Estado de janeiro de 2023. Agora, enfrenta a barragem. Foi jurado pelos norte-americanos, que lhe aplicaram os rigores da Lei Magnitsky. De repente, aparece como conselheiro, muito bem remunerado, de Daniel Vorcaro, o homem que distribuiu dinheiro e benesses entre poderosos.

Sujou sua imagem. Iniciou a queda em direção à planície. Experiência semelhante à de outros expoentes da política brasileira. O procurador geral Paulo Gonet também está em situação constrangedora. As visceras do sistema estão expostas à visitação pública. O mal está feito. E caberá aos supremos resolver a questão. Se não o fizerem, forças externas o farão. Crepúsculo dos Deuses é o título, em português, do filme Sunset Boulevard, de 1950, dirigido por Billy Wilder, considerado pelos críticos de Hollywood um dos 10 melhores de todos os tempos. História de atores que foram famosos e se tornaram decadentes. Com William Holden e Gloria Swanson. No Brasil, a política imita a arte.

NAS ENTRELINHAS

Sistema de Justiça precisa de reforma

● POR NAZARÉ SARMENTO

O Partido dos Trabalhadores voltou a colocar o Judiciário no centro de sua agenda política. E não se trata apenas de uma manifestação ocasional. Em junho deste ano, o partido promoveu em Brasília o seminário “Caminhos para Democratização e Autocorreção do Sistema de Justiça Brasileiro”, reunindo dirigentes, juristas, professores e parlamentares para discutir uma reforma estrutural do sistema de Justiça.

O movimento ganhou dimensão maior porque ocorreu justamente quando o Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Congresso passaram a ocupar posições cada vez mais visíveis na disputa política nacional. A pergunta, portanto, é inevitável: quando o PT fala em controle social da Justiça, está defendendo fiscalização democrática das instituições ou abrindo uma discussão sobre controle político de um Poder que deve ser independente?

A proposta não nasceu agora. Em seu plano de governo de 2018, o PT já defendia mais transparência e “controle social” na administração da Justiça, além de mudanças na composição do CNJ e do CNMP e a criação de ouvidorias externas ocupadas por representantes da sociedade civil. O mesmo documento propunha mandatos para integrantes do STF e das cortes superiores. O que mudou foi o ambiente político.

Em 2026, o PT retomou a discussão com força. O presidente nacional da legenda, Edinho Silva, afirmou que não existe democracia forte sem um Judiciário forte e defendeu uma reforma capaz de aproximar as instituições da sociedade civil. Na programação do seminário partidário, uma das mesas tratou justamente de “democratização, inovação e representatividade” no sistema de Justiça. Outra discutiu mecanismos de fortalecimento e acesso à Justiça. O próprio PT apresentou o encontro como continuidade do compromisso assumido no 8º Congresso Nacional da legenda.

O que significa isso?

A expressão parece virtuosa. E pode ser. Em uma democracia, nenhuma instituição pública deveria estar acima da fiscalização, da transparência ou da responsabilização. O problema começa quando se tenta estabelecer quem fiscaliza, com que poderes e sob quais limites.

O Judiciário não é eleito pelo voto popular, mas também não existe fora da Constituição. Sua independência é uma garantia contra a interferência dos demais Poderes - inclusive contra o Executivo e o Legislativo. Ao mesmo tempo, independência não pode significar ausência de controle.

O programa petista fala em ampliar transparência, fiscalização e accountability, rever privilégios corporativos e criar mecanismos que aproximem o Judiciário da sociedade. A resolução mais recente também defende reformas nas cortes superiores e maior participação da sociedade civil nos mecanismos de controle. Nada disso, isoladamente, significa que o partido queira “mandar nos juizes”, mas também seria ingênuo tratar a discussão como se ela estivesse acontecendo em um vácuo político.

Uma pergunta no ar

O Brasil vive uma fase em que decisões judiciais passaram a interferir diretamente em eleições, funcionamento do Congresso, investigações policiais, redes sociais, empresas, partidos e disputas entre os próprios Poderes. O STF ganhou uma centralidade política que seria impensável décadas atrás. Ao mesmo tempo, cresceu o debate sobre ativismo judicial, decisões monocráticas, limites da atuação de ministros e a relação entre Judiciário e política. É nesse ambiente que o PT volta a falar em democratização e controle social da Justiça. E talvez a questão mais importante não seja saber se o Judiciário precisa ser controlado.

A questão é quem controla os controladores. Executivo e Legislativo têm mecanismos periódicos de controle popular: eleições. O Judiciário tem garantias próprias de independência, corregedorias, CNJ, recursos, processos disciplinares e os demais instrumentos previstos na Constituição, mas a criação de novos mecanismos de participação social precisa responder a uma pergunta elementar: como impedir que aquilo que nasce como controle democrático termine transformado em instrumento de pressão partidária sobre decisões judiciais?

Eiras com beiras

O debate poderia, inclusive, prestar um serviço ao País se ultrapassasse a guerra entre “defensores” e “inimigos” do STF. Controle não é necessariamente interferência e independência não é necessariamente impunidade. Democratização não pode significar submissão da Justiça à maioria política do momento e fiscalização social não pode se transformar em uma espécie de autorização para governos e partidos escolherem quais decisões judiciais consideram legítimas. Se a Justiça precisa ser fiscalizada, quem fiscaliza quem fiscaliza a Justiça? É uma pergunta simples, a resposta, nem um pouco.

Até tu Brutus!

“Conselho Federal reconhece débito de R\$ 1,1 milhão com a Caixa de Assistência e registra passivo de R\$ 3,8 milhões herdado pela atual gestão. Encontro para conciliação foi marcada para acontecer em Brasília”

OAB evita intervenção

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA) não sofrerá, neste momento, intervenção do Conselho Federal da entidade. A decisão, porém, trouxe à tona uma situação financeira que ultrapassa o débito de R\$ 1,1 milhão que deu origem ao processo. Documentos analisados pelo Conselho Federal apontam um passivo de R\$ 3,839 milhões atribuído pela atual administração à gestão anterior, além de antecipações de receitas, dívidas com fornecedores e obrigações previdenciárias.

A decisão foi assinada em 27 de agosto, no âmbito do Protocolo nº 14.0089.2026.000551-3, instaurado a partir de representação da Caixa de Assistência dos Advogados do Pará (CAA-PA). A entidade havia questionado o não repasse de cotas estatutárias referentes a anuidades pagas por cartões de crédito e débito.

Segundo os documentos do processo, a Caixa apontou uma dívida de aproximadamente R\$ 1,103 milhão, relativa aos exercícios de 2024 e 2025. A CAA chegou a pedir que os valores fossem repassados em prazo de 15 dias e que, em caso de descumprimento, fosse aplicada intervenção federal na Seccional paraense.

O Conselho Federal, entretanto, concluiu que o débito, embora existente e reconhecido contabilmente, não apresentava, isoladamente, gravidade suficiente para justificar a medida extrema prevista no Estatuto da Advocacia.

Débito Reconhecido

Um dos pontos considerados pelo relator foi justamente o reconhecimento, pela própria OAB Pará, da existência da obrigação financeira com a Caixa de Assistência. A decisão registra que os valores pertencem à CAA e possuem destinação específica para ações de assistência à advocacia.

A justificativa apresentada pela Seccional foi a existência de dificuldades financeiras herdadas da administração anterior. Conforme consta no processo, o passivo chegava a R\$ 3,839 milhões.

Entre os fatores que contribuíram para o desequilíbrio estão operações de antecipação de recebíveis realizadas no segundo semestre de 2024. Em quatro operações, entre setembro e dezembro daquele ano, foram antecipados R\$ 1,488 milhão referentes a anuidades e taxas pagas por cartão.

Na prática, receitas que seriam utilizadas posteriormente foram recebidas de forma antecipada, reduzindo a disponibilidade financeira para fazer frente às obrigações futuras, inclusive os repasses estatutários.

A documentação analisada pelo Conselho Federal também aponta a antecipação de R\$ 562,4 mil referentes à taxa administrativa do



● CONSELHO RECONHECE DÍVIDA COM A CAIXA DE ASSISTÊNCIA E DATALHA ANTECIPAÇÕES DE RECEITAS

plano de saúde e de R\$ 153,5 mil em anuidades relativas ao exercício de 2025.

Fornecedores e INSS

O quadro financeiro apresentado no processo inclui ainda cerca de R\$ 1,33 milhão em dívidas com fornecedores e outras obrigações não liquidadas.

Entre os compromissos citados estão despesas relacionadas a obras do Fida não concluídas, encargos previdenciários, plano de saúde de funcionários, publicidade, aluguel, serviços de tecnologia, energia elétrica e despesas eleitorais.

Outro compromisso mencionado é uma dívida de R\$ 305,1 mil com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para regularizar a obrigação, foi necessário recorrer ao parcelamento, o que passou a comprometer parte do orçamento da instituição durante o período previsto para quitação.

A situação financeira também levou a Seccional a buscar auxílio diretamente no Conselho Federal. Entre setembro e dezembro de 2025, foram liberados R\$ 700 mil, divididos em quatro parcelas, para ajudar no pagamento da folha de pessoal.

Na avaliação do Conselho Federal, o auxílio reforça que as dificuldades financeiras da OAB Pará já eram conhecidas dentro da estrutura nacional da entidade e não surgiram apenas em razão da representação apresentada pela Caixa de Assistência.

OAB Federal: Valores a Receber

Outro aspecto destacado na decisão é que a dificuldade de repasse das receitas provenientes de pagamentos por cartão não atingiu exclusivamente a Caixa de Assistência dos Advogados.

A própria OAB Federal deixou de receber a parcela estatutária correspondente a essa modalidade de arrecadação. A Seccional paraense, inclusive, solicitou que esse débito fosse convertido em auxílio financeiro.

Esse fato foi considerado relevante pelo relator porque, segundo a decisão, reduz a possibilidade de interpretar que a Caixa de Assistência teria sido escolhida deliberadamente para deixar de receber os recursos.

O processo registra, entretanto, que a CAA não deixou de receber recursos da OAB Pará. Em 2024, foram repassados R\$ 3,103 milhões. Em 2025, o montante chegou a R\$ 3,260 milhões.

A controvérsia está concentrada nas cotas vinculadas especificamente às receitas de pagamentos realizados por cartão, cuja disponibilidade financeira teria sido comprometida pelas antecipações realizadas anteriormente.

Intervenção foi Afastada

Diante desse conjunto de informações, o Conselho Federal decidiu não aplicar a intervenção prevista no artigo 54, inciso VII, do Estatuto da Advocacia.

Para o órgão, a existência de uma dívida, por si só, não seria suficiente para caracterizar a gravidade necessária para afastar a administração da Seccional.

Também foram considerados o reconhecimento contábil da obrigação, a apresentação de medidas para solucionar o problema, iniciativas de contenção de despesas e o acompanhamento da situação pelos mecanismos de controle do próprio Sistema OAB.

O Conselho Federal também não acolheu, naquele processo, os pedidos para abertura de procedimento correicional e de processo ético-disciplinar contra os gestores.

As questões relacionadas às contas da Seccional deverão ser examinadas no processo de prestação de contas que tramita na Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB.

Conciliação em Brasília

A decisão determinou ainda a realização de uma reunião de conciliação entre a OAB

Pará e a Caixa de Assistência dos Advogados do Pará. O encontro foi marcado para o dia 16 de setembro, em Brasília, sob coordenação da Presidência do Conselho Federal.

As duas entidades deverão apresentar propostas e documentos capazes de demonstrar como pretendem solucionar o desequilíbrio financeiro e regularizar os repasses pendentes.

Entre os pontos que deverão ser discutidos estão o cronograma para recomposição das cotas estatutárias, a divisão dos esforços financeiros entre a Seccional e a Caixa, os efeitos das antecipações de recebíveis realizadas em 2024 e a elaboração de um plano de sustentabilidade financeira.

A OAB Pará também deverá apresentar um demonstrativo atualizado dos valores ainda pendentes e informar o andamento do pedido para que seu débito com o Conselho Federal seja convertido em auxílio financeiro.

Até dez dias antes da reunião, as partes deverão encaminhar propostas concretas e a documentação relacionada aos pontos que serão tratados na conciliação.

Caso sob Acompanhamento

O Conselho Federal determinou que, até a realização da reunião, OAB Pará e Caixa de Assistência evitem manifestações públicas de caráter litigioso sobre o caso.

O processo foi suspenso até a realização da conciliação. Isso, entretanto, não significa o encerramento definitivo da questão. Caso não haja acordo ou as medidas apresentadas não sejam consideradas suficientes, a situação poderá voltar a ser analisada pelo Conselho Federal.

A decisão, portanto, afastou, neste momento, a possibilidade de intervenção na OAB Pará, mas não encerrou a discussão sobre a situação financeira da Seccional.

O que começou como uma cobrança de aproximadamente R\$ 1,1 milhão em cotas estatutárias acabou revelando um cenário mais amplo, envolvendo um passivo de R\$ 3,839 milhões, antecipação de receitas, dívidas com fornecedores, obrigações previdenciárias e a necessidade de auxílio extraordinário de R\$ 700 mil do próprio Conselho Federal para o pagamento da folha.

A reportagem de A PROVÍNCIA DO PARÁ procurou a OAB Pará para obter esclarecimentos sobre os valores apontados no processo, as medidas adotadas pela atual administração e a reunião de conciliação marcada para o dia 16 de setembro. Até o fechamento desta edição, porém, a instituição não havia enviado retorno.

Fé e Motor Econômico

“Levantamento feito pelo Observatório do Turismo do Pará, vinculado à Secretaria de Turismo, aponta que 105 mil turistas estarão em Belém”

Círio 2026



● LEVANTAMENTO FEITO POR A PROVÍNCIA DO PARÁ, APONTA QUE HOVE UM CRESCIMENTO EM RELAÇÃO A 2025

Milhões na economia

● DA REDAÇÃO

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré de 2026 deve atrair cerca de 105 mil turistas a Belém, representando um crescimento de 5% em relação ao volume registrado no ano passado. É o que aponta o levantamento realizado conjuntamente pelo Observatório do Turismo do Pará, vinculado à Secretaria de Estado de Turismo (Setur), e Dieese/PA. A projeção econômica indica uma injeção de R\$ 207,5 milhões nos festejos deste ano, alta de 4,4% comparada ao montante anterior.

O estudo destaca o papel estratégico da festividade como motor do desenvolvimento regional e aponta o fortalecimento de Belém e do Pará no cenário do turismo global, impulsionado pelos legados estruturais deixados após a realização da COP30. Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco, o Círio chega à sua 234ª edição consolidado como uma das maiores manifestações de fé, tradição e cultura do país, mobilizando intensamente a cadeia produtiva local. O festejo também é Patrimônio Cultural Imaterial reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Com a expansão da infraestrutura urbana e logística fortalecida durante a Conferência do Clima, a capital paraense ampliou sua capacidade de receptividade. Investimentos públicos recentes - como novos corredores viários, o Parque da Cidade, o Complexo Porto Futuro II, além do Terminal

Hidroviário de Belém e do Terminal Portuário de Outeiro - criaram um ambiente propício para receber visitantes de diversas partes do Brasil e do exterior, consolidando um corredor turístico sustentável no Estado.

Cadeia produtiva

O titular da Setur, Emílio Bernardo Ramos, ressalta que a movimentação gerada pelo Círio beneficia diretamente uma ampla rede de serviços, que engloba a hotelaria, a gastronomia, o transporte, o comércio e o setor de artesanato. Para o gestor, os investimentos estruturais realizados para a COP30 otimizaram a capacidade de atendimento da capital, tornando-a ainda mais preparada para grandes eventos.

“O Círio de Nazaré é uma das maiores expressões da identidade e da cultura paraense. Além disso, tem papel fundamental na promoção do Pará, porque muitos visitantes aproveitam a estadia para conhecer outros atrativos e destinos do Estado. Nosso desafio é continuar qualificando a experiência do visitante, fortalecendo a infraestrutura e promovendo cada vez mais os nossos destinos. O Círio é uma demonstração clara de que fé, cultura, turismo e desenvolvimento econômico caminham juntos no Pará”, avaliou o secretário.

Visitantes e fidelização

A pesquisa baseou-se em 1,2 mil entrevistas aplicadas em pontos

estratégicos do circuito nazareno, como a Basílica de Nazaré e a Casa de Plácido. Cerca de 52,75% dos entrevistados são mulheres e a faixa etária com mais representantes foi de 35 a 50 anos (35,33%). Entre os participantes, 50,75% viajaram em família, 27,17% em grupo e 22,08% individualmente. A maioria (86,42%) não adquiriu pacote turístico.

Os dados traçam o perfil de um público predominantemente familiar (50,75%), que chega a Belém principalmente por via aérea (60,67%) e prefere se hospedar na casa de parentes (38,08%) ou em hotéis (26,33%). O Maranhão lidera a emissão de turistas para a festividade, seguido por São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Amazonas.

O estudo também revela um alto índice de fidelização e satisfação: 63,83% dos participantes já haviam participado de edições anteriores e 93% manifestaram o desejo de retornar. Entre os atrativos que mais encantam os visitantes destacam-se a gastronomia local, citada por 23% dos entrevistados, e a hospitalidade do povo paraense, mencionada por 19,50%, confirmando o impacto duradouro do Círio na economia e na projeção internacional do Pará.

Para além de Belém, os destinos mais citados pelos turistas foram Salinópolis, Mosqueiro, Bragança e a Ilha do Combu. Os pontos turísticos mais visitados na capital são Basílica de Nazaré, Estação das Docas, Ver-o-Peso, Porto Futuro e Mangal das Garças.

INFORME ECONÔMICO



● SONIA RACY

Salário Mínimo em 2027

O salário mínimo deverá subir para R\$ 1.741 em 2027, disse o ministro da Fazenda, Dario Durigan. A estimativa será incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que será enviado ao Congresso Nacional. O valor representa um aumento de R\$ 120, ou 7,4%, sobre os atuais R\$ 1.621. A nova projeção também ficou R\$ 24 acima da estimativa de R\$ 1.717 apresentada pelo governo no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em abril.

O reajuste tem impacto direto nas contas públicas porque o salário mínimo é usado como referência para benefícios previdenciários e assistenciais. Ao mesmo tempo, uma elevação acima da inflação aumenta o poder de compra de trabalhadores e beneficiários que recebem o piso.

“Cumprindo a legislação brasileira, dentro do nosso espírito de privilegiar a população mais carente, vai também para a Previdência e para os benefícios sociais que têm indexação no salário mínimo”, afirmou Durigan.

Inflação define valor

Os R\$ 1.741 ainda são uma projeção. O valor definitivo será conhecido no fim de 2026, após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado até novembro. O INPC mede a inflação para famílias com renda de até oito salários mínimos.

A regra atual combina a inflação medida pelo INPC com um ganho real (acima da inflação) de 2,5%, dentro dos limites estabelecidos pela legislação. Por isso, uma inflação diferente da estimada pelo governo poderá alterar o valor final.

A previsão de R\$ 1.741 inclui um ganho acima da inflação, o que significa aumento real da renda para quem recebe o piso, desde que a inflação efetiva fique dentro das estimativas consideradas no cálculo.

Pressão sobre gastos

O reajuste também representa aumento das despesas do governo. Cerca de 45% dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) têm valor vinculado ao salário mínimo.

A alta afeta pagamentos como aposentadorias e pensões do INSS, Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e abono salarial. A contribuição previdenciária dos Microempreendedores Individuais (MEIs) também é influenciada pelo piso.

Esse efeito torna o salário mínimo uma variável importante para o planejamento das contas públicas. Quanto maior o reajuste, maior tende a ser a despesa do governo com benefícios vinculados ao piso.

Efeito na economia

O aumento também pode estimular o consumo, principalmente entre famílias de menor renda, que tendem a destinar uma parcela maior dos recursos recebidos para despesas básicas.

Por outro lado, o impacto fiscal limita o espaço do governo para ampliar outras despesas. O reajuste do mínimo, portanto, envolve um equilíbrio entre aumento da renda, preservação do poder de compra e controle das contas públicas.

Durigan afirmou que o Orçamento de 2027 será elaborado levando em conta esse cenário e destacou que o governo pretende manter o ganho real previsto para o salário mínimo e controlar o crescimento de outros gastos obrigatórios.

“Para o ano que vem, a gente projeta o aumento das obrigatórias um pouco inferior ao aumento geral do orçamento. As medidas têm o condão de dar racionalidade, de que modo que a regra com ganho real do arcabouço fiscal vai ter um ganho real maior do que as obrigatórias amplamente consideradas”, argumentou o ministro.

Orçamento no Congresso

O PLOA de 2027 será encaminhado ao Congresso Nacional e ainda passará pela análise dos parlamentares. O valor definitivo do salário mínimo só será conhecido em dezembro, quando for divulgado o INPC de novembro. Se a projeção de R\$ 1.741 for confirmada, o novo piso entrará em vigor em janeiro de 2027.

Para o governo, a mudança terá impacto simultâneo sobre a renda de milhões de brasileiros e sobre as despesas públicas, fazendo do salário mínimo uma das principais variáveis do Orçamento do próximo ano.

Plantas da Amazônia

“Estudos do INCT Probiom utilizam frutos amazônicos, como uxi e barbatimão, no desenvolvimento de compostos que são potenciais para tratar infecções e lesões”

A Farmácia do Índio

Pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal do Pará (UFPA) apontam para a criação de medicamentos e produtos com baixo custo e potencial de acesso pela rede pública de saúde, caso sejam aprovados e regulamentados pelos órgãos de vigilância sanitária. Os estudos são conduzidos pelos laboratórios INCT Probiom – Pharmaceuticals Amazônia, sob a coordenação da professora Marta Chagas, e utilizam como base frutos e vegetais da Amazônia, como uxi e barbatimão, por exemplo, na formulação de compostos com aplicações em diferentes tratamentos, como lesões de pacientes diabéticos, infecções e outras doenças.

Com o barbatimão como objeto de estudo, o farmacêutico Sávio Monteiro, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Biologia Celular (PNBC) da UFPA, desenvolve há cerca de dois anos uma pesquisa voltada à análise de diferentes atividades farmacológicas a partir da espécie. Segundo ele, os estudos avaliam potenciais antioxidante, antimicrobiano, anti-inflamatório e imunomodulador de seus extratos. Com resultados preliminares já obtidos em estudos anteriores, o material segue como foco de continuidade nas pesquisas desenvolvidas pelo farmacêutico.

O material, segundo Sávio, apresenta alto potencial farmacológico, o que motivou o avanço das investigações em diferentes etapas, com o objetivo de, futuramente, viabilizar produtos com aplicações como cicatrizante ou antimicrobiano, entre outras linhas de pesquisa. “O meu projeto é mais voltado para lesões de pressão, que são lesões em pacientes, geralmente que estão acamados, pacientes hospitalizados ou mesmo que estão sem mobilidade em casa, e aí acabam gerando lesões de pele. E que geralmente são muito difíceis de ser tratadas. São lesões bem complicadas e com um custo alto”, comenta.

A ideia dessa pesquisa é justamente desenvolver um produto que a gente pudesse aplicar nessa problemática, para ter melhores resultados em relação ao que já se tem hoje em dia no mercado, que, além de limitado, tem custo elevado. A pesquisa está nessa fase inicial de testar essas atividades da planta e já se encontra na fase de modelo animal. A gente vai iniciar agora esse modelo, ou seja, aplicar nos animais um modelo de lesões. E que é um modelo de feridas, para testar esse potencial da planta, comparando com o que já tem no mercado e com outros controles”, acrescenta o doutorando.

Abordagem Promissora

Para Sávio, trabalhar com produtos naturais é uma abordagem promissora, especialmente pela ampla oferta de recursos disponíveis na Amazônia, pela rica biodiversidade da região. Segundo o pesquisador, o bioma reúne uma ampla disponibilidade de plantas e vegetais já utilizados na medicina tradicional, especialmente por povos indíge-



● **SÁVIO MONTEIRO** busca identificar os efeitos medicamentosos a partir do barbatimão

nas, saberes que foram incorporados ao cotidiano da população. Em meio a isso, a proposta das pesquisas é ampliar esse conhecimento, não apenas para uso regional, mas também com potencial de aplicação mais ampla à população.

“Trabalhar com plantas, em detrimento dos medicamentos industrializados, acaba sendo uma alternativa que a gente espera que tenha menor custo e apresente melhores atividades, com efeitos colaterais reduzidos. Então, a gente sabe que os medicamentos alopáticos, que a gente chama, que são os industrializados, têm uma série de efeitos adversos e uma série de questões por trás de como são produzidos. Ou seja, há também a questão da sustentabilidade, que a gente tem visado bastante, que é justamente utilizar resíduos de produtos que a gente já tem na Amazônia”, observa Sávio.

Uxi Também Pesquisado

O uxi, fruto da Amazônia, também é alvo de investigação nas pesquisas desenvolvidas no laboratório e é o foco da pesquisa da mestranda Giovanna Quintero, do Laboratório de Ensaios in vitro, Imunologia e Microbiologia (Labeim), que pertence ao INCT. Tanto a polpa quanto a casca vêm sendo analisadas,

e resultados preliminares apontam um bom potencial de proliferação celular. Com base nesses dados, o insumo passou a ser aplicado em modelos de cicatrização de lesões por pressão, que, segundo ela, são feridas causadas por longos períodos de isquemia e reperusão e comuns em pacientes que permanecem acamados por muito tempo.

“Uma das principais problemáticas da lesão por pressão é que os pacientes não conseguem aderir ao tratamento, pois estes tratamentos são muito custosos, tanto para o paciente quanto para o serviço de saúde. Por isso, a nossa proposta é desenvolver, com os nossos próprios recursos, uma alternativa que traga adesão para esse paciente com um custo menor. Boa parte dos nossos óleos e frutas da Amazônia, na realidade, possui uma etnofarmacologia, que já é uma história ancestral de todos os óleos, de todas as frutas que já foram utilizadas. Então, a gente pega toda essa história e começa a investigar”, pontua.

Com propriedades antioxidantes, antimicrobianas e cicatrizantes, o barbatimão também é foco da pesquisa de doutorado desenvolvida pela farmacêutica Thaiana Pamplona, do Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Biologia Celular (PNBC), da UFPA. Sobre as etapas da pesquisa dela, o



● **THAIANA PAMPLONA** detalha o atual estágio que se encontra as pesquisas

insumo de origem vegetal já passou por ensaios biológicos, com resultados positivos, e atualmente está na fase de experimentação animal. A pesquisadora destaca que o estudo busca contribuir para o tratamento de feridas que podem evoluir com infecções e cronicização, gerando impactos e custos para a saúde pública.

“Atualmente a gente trabalha com hidrogel e halogel. E também já estamos em fase de continuidade para passar para comprimidos e tratar doenças negligenciadas, como é o caso da tuberculose, leishmaniose, doença de Chagas. A gente vai fazer essa investigação também. Dentro do INCT, nós temos vários laboratórios, vários parceiros e universidades que estão vinculadas ao instituto. Então, essa matéria-prima passa pelo controle de qualidade microbiológico, para verificar se não há contaminação”, explica a doutoranda.

Thaiana afirma que, se for possível conseguir resultados que comprovem a eficácia e a segurança, já é viável começar a planejar testes em humanos. “Em seguida, ela segue para os demais fluxos, para os outros setores, por exemplo, para a gente verificar a atividade antioxidante, se existe algum tipo de modulação e se há potencial antimicrobiano”. E todas as pesquisas são realizadas de forma integrada com os laboratórios do INCT, como lembra a pesquisadora.

Futuro

Para o futuro, caso haja bons resultados nessas etapas - tanto na pesquisa dela quanto nas outras -, o produto será encaminhado para a fase de regulamentação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e poderá, então, ser disponibilizado no Sistema Único de Saúde (SUS), como uma alternativa de tratamento. Ela lembra que essa solução torna a rede pública independente de medicamentos importados, mas com soluções locais. “Com isso, a Universidade Federal do Pará se torna protagonista nesse cenário, já que não se limita ao acesso à matéria-prima ou ao extrato, mas desenvolve uma solução completa, um produto final, por exemplo, para o tratamento de feridas. Isso agrega valor, inclusive, para as comunidades locais”, disse Thaiana.

E, no caso de Giovanna, o uxi está sendo investigado desde antes do mestrado dela, há cerca de três anos de pesquisa desde o início do INCT. A mestranda observa que, após a consolidação dos estudos de segurança, com a testagem in vitro e em animais, é possível avançar para as etapas clínicas, que envolvem seres humanos, e que isso pode até mesmo ser estendido ao serviço público. “Se um medicamento não está na lista do SUS, ele não é distribuído para a população. Os nossos princípios ativos, contudo, são riquíssimos, já ajudando toda a nossa população, e podem continuar contribuindo com o restante, espalhando a nossa diversidade e o nosso potencial”, relata a pesquisadora.

Valorização da Culinária

“Forte apelo cultural e cardápios diversificados impulsionam o crescimento do segmento, que busca equilibrar custos dos insumos e inovação para atrair clientes”

Pão paraense



● Tapiocarias crescem e fazem sucesso perante consumidores

A cara de Belém

A tapioca, conhecida como o “pão do paraense”, deixou de ser consumida apenas no café da manhã e passou a ocupar diferentes momentos do dia. Esse novo comportamento do consumidor, aliado à valorização da culinária regional e ao crescimento do turismo gastronômico em Belém, tem impulsionado a abertura de tapiocarias, quiosques e casas especializadas na capital paraense. Com estrutura mais simples e investimento inicial inferior ao de restaurantes convencionais, o segmento atrai pequenos empreendedores em busca de um negócio com potencial de retorno.

Apesar das margens consideradas atrativas, empresários e economistas destacam que o sucesso depende de fatores como localização, gestão eficiente, controle de custos e inovação no cardápio. A alta de insumos como queijo, coco e manteiga também exige estratégias para preservar a rentabilidade sem repassar integralmente os aumentos ao consumidor.

TRADIÇÃO E OPORTUNIDADE

Para o economista paraense e conselheiro do Corecon PA/AP (Conselho Regional de Economia do Pará e Amapá), Nélcio Bordalo, o avanço das tapiocarias resulta da combinação entre fatores econômicos e culturais.

“A tapioca é um produto com forte identidade regional, matéria-prima amplamente disponível no Pará e elevada aceitação entre moradores e turistas. Além disso, o investimento inicial para implantação costuma ser relativamente baixo quando comparado a restaurantes tradicionais, permitindo o ingresso de pequenos empreendedores”, afirma.

Segundo ele, uma tapiocaria exige estrutura física mais simples, menos equipamentos e um cardápio menos complexo, reduzindo os custos de implantação e operação.

“A goma de tapioca apresenta custo relativamente baixo, enquanto os recheios agregam valor ao produto final, possibilitando

margens interessantes quando há boa gestão de compras, controle de desperdícios e volume de vendas”, explica.

Ainda assim, Bordalo ressalta que a lucratividade depende de outros fatores. “A rentabilidade não depende apenas do produto, mas da localização, da qualidade do atendimento, da diferenciação do cardápio e da eficiência da gestão. Em um mercado cada vez mais competitivo, esses fatores são determinantes para o sucesso do negócio”, explicou.

CULTURA PARAENSE

Há anos no segmento, a chef de cozinha e empresária Ruth Veloso afirma que o consumo da tapioca faz parte da identidade do paraense, garantindo uma demanda relativamente estável ao longo do ano.

“Eu acho que, aqui no Pará, a tapioca é conhecida como o pão do paraense. Não pode faltar na mesa do paraense. Antes era de tapioca de domingo, mas agora também é de todo dia”, destaca.

Segundo ela, embora o investimento inicial não seja baixo, o retorno costuma compensar. “É um investimento razoavelmente alto, mas que tem um retorno garantido, graças a Deus, por conta do paraense gostar de tapioca. Vale muito a pena”, disse.

A empresária também observa que não há uma sazonalidade marcante nas vendas, embora os domingos concentrem o maior movimento.

“O melhor dia que a gente tem é o domingo, quando a família se reúne para tomar café. No restante do ano, as vendas são bem lineares”, declarou.

DIVERSIFICAÇÃO

Para se destacar em um mercado cada vez mais competitivo, as tapiocarias têm apostado na diversificação dos cardápios. Na empresa de Ruth Veloso, são mais de 50 sabores, incluindo versões tradicionais, fit-

ness, veganas e recheios considerados mais sofisticados.

“No começo, as pessoas estranharam alguns sabores, mas foram experimentando, gostando e isso incentivou a gente a ampliar ainda mais o cardápio”, conta. Entre as opções estão tapiocas de charque, camarão regional, camarão rosa, alho e morango. Os preços variam entre R\$ 3 e R\$ 20.

“A estratégia que mais atrai clientes é justamente oferecer um cardápio variado. Com opções fitness e veganas, conseguimos atender públicos diferentes”, afirma.

Na avaliação de Bordalo, essa diversificação pode ampliar o faturamento, desde que mantenha equilíbrio entre inovação e acessibilidade. “A gourmetização amplia o potencial de faturamento ao atrair consumidores dispostos a pagar mais por ingredientes diferenciados. Porém, a tapioca continua sendo reconhecida como um alimento popular. A estratégia mais consistente é oferecer tanto versões tradicionais quanto opções premium, atendendo diferentes perfis de consumidores”, avaliou.

Planejamento

Embora a matéria-prima principal tenha custo relativamente acessível, a alta de ingredientes como queijo, coco e manteiga pressiona as contas das empresas. A gente tenta segurar o máximo possível para não repassar esse aumento para o cliente. É uma briga diária para manter os preços sem pesar tanto no bolso de quem consome, relata Ruth.

A localização também faz diferença nos resultados. A empresária afirma que suas três unidades foram instaladas após estudos de mercado para combinar o fluxo de bairros residenciais e comerciais. “As nossas tapiocarias ficam em pontos estratégicos justamente para atender tanto quem mora perto quanto quem trabalha na região, isso amplia bastante o público”, afirma Ruth.

DEFESA DO CONSUMIDOR



ADVOGADA MICHELLE NASCIMENTO

Lei do Inquilinato

Ao alugar um imóvel, muitos não sabem quais são seus direitos e deveres como inquilinos, o que é legal no contrato ou em que momento o aluguel pode ser reajustado. A advogada Michelle Nascimento, explica que as locações são regidas pela Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991). “Além do que está disposto na legislação, o contrato faz lei entre as partes. Por isso, antes de alugar, consulte um advogado para analisar as condições contratuais, seja uma locação residencial ou comercial”, orienta.



Previsão Contratual

Michelle esclarece que o reajuste do aluguel, por exemplo, só pode ser feito uma vez ao ano, com base no índice que as partes elegerem. “Depois da pandemia, as pessoas têm optado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais benéfico que o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M). Também é crucial verificar se está previsto em contrato o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pois, mesmo que o imóvel seja isento inicialmente, a isenção pode mudar no ano seguinte”, avisa.

Quem Paga o Quê?

Para entender o que o inquilino ou o locador paga em um eventual conserto, Michelle é enfática: “O que é de uso é responsabilidade do locatário, e o que é de estrutura é do locador. Se for preciso fazer uma limpeza da caixa-d’água, é de uso, então o inquilino deve providenciar. Se houver uma infiltração no imóvel, é estrutural, então o responsável é o proprietário. Contudo, em qualquer manutenção, preventiva ou corretiva, documente com vídeos e fotos, faça ao menos três orçamentos e guarde a nota fiscal para fazer eventuais cobranças”, orienta.

Entenda a Caução

O valor de até três meses de aluguel, depositado em poupança, é uma garantia paga pelo inquilino. Pode ser usada para cobrir débitos ou danos. Se não houver pendências, deve ser devolvido, com a devida correção, ao inquilino com a devida correção, em até 30 dias, após o fim da locação e tenha cuidado com as cobranças indevidas, faça uma análise do contrato para identificar cláusulas abusivas de custos e despesas. Na dúvida consulte um advogado.

Risco desnecessário

“As faixas têm sido ocupadas irregularmente por carros de passeio, motociclistas e até por ciclistas, aumentando ainda mais o risco de acidentes fatais”



● NA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO, CICLISTAS SE ARRISCAM NA FAIXA EXCLUSIVA DO BRT

Perigo constante

O uso indevido das pistas exclusivas do BRT nas avenidas Almirante Barroso e Augusto Montenegro, em Belém, continua sendo motivo de preocupação. Destinadas ao transporte coletivo integrado, além de ambulâncias, viaturas do Corpo de Bombeiros, da Polícia e veículos de fiscalização e operação de trânsito, as faixas têm sido ocupadas irregularmente por carros de passeio, motocicletas e até ciclistas, aumentando o risco de acidentes, inclusive com possibilidade de mortes.

A reportagem de **A PROVÍNCIA DO PARÁ** flagrou diversas irregularidades ao longo das duas avenidas, consideradas algumas das principais vias da capital paraense. Usuários que circulam diariamente pela área relataram insegurança. O porteiro Alexandre Martins, de 50 anos, que utiliza a bicicleta para ir ao trabalho, afirmou que a imprudência é frequente. “Eu vejo muito a imprudência de motorista, motoqueiro, até mesmo de ciclista e pedestre também. É muito perigoso”, disse.

Ele destacou que adota medidas de precaução para evitar acidentes, como atenção constante e sinalização com apito. Ainda assim, defendeu mais fiscalização e participação da população. “Como a gente não vê guarda de trânsito, poderia ter uma modalidade de um pedestre ou ciclista registrar pelo celular e encaminhar ao Detran, para averiguar a imprudência. Cada um tem que fazer a sua parte”, sugeriu.

Alexandre também relatou situações de risco em outros trechos da cidade. Segundo ele, na avenida Lomas Valentina, nos horários de pico, veículos invadem a ciclofaixa na contramão, obrigando ciclistas a utilizarem a calçada. “Já fui quase vítima de atropelamento ali”, contou. A técnica em enfermagem Adria Albuquerque, de 28 anos, também observou a



● PORTEIRO ALEXANDRE MARTINS: “UTILIZA A BICICLETA PARA IR AO TRABALHO”

invasão constante das pistas exclusivas por motoristas e pedestres. Para ela, a falta de conscientização é um dos principais problemas. “É muito perigoso. Já aconteceram muitos acidentes, até na época da construção do BRT, por falta de conscientização”, afirmou, enquanto passava pela avenida Almirante Barroso.

Adria defende ações educativas e maior presença do poder público. “Acho que deveria ter mais palestras para conscientizar tanto pedestres quanto motoristas. E fiscalização também, que é algo que quase não se vê”, enfatizou. Já o técnico em manutenção de carros Carlos Reis, de 31 anos, admitiu que utiliza a pista do BRT da Augusto Montenegro para se deslocar de bicicleta, mesmo reconhecendo os riscos. Segundo ele, a escolha ocorre por

questões de praticidade. “Pelo BRT é mais rápido. Levo cerca de meia hora para chegar ao trabalho. Pela ciclofaixa, levo uma hora e meia”, explicou.

Ele apontou problemas na infraestrutura da ciclovia, como ondulações, interferência de pedestres, presença de motos e paradas de ônibus no trajeto. “Pela ciclofaixa é perigoso e lento, enquanto pelo BRT é perigoso, mas mais rápido”, afirmou. Mesmo circulando pela faixa exclusiva, Carlos afirmou adotar cuidados, como manter-se atento ao fluxo de veículos e respeitar a sinalização. Ainda assim, defende melhorias estruturais e mais fiscalização. “Seria melhor se houvesse mais cuidado com a ciclofaixa ou um modelo que não atrapalhasse motoristas e pedestres. Isso traria mais segurança para

todos”, avaliou Carlos Reis.

Mobilidade e Segurança

Irregularidades na circulação de veículos nas faixas exclusivas do BRT, nas avenidas Almirante Barroso e Augusto Montenegro, em Belém, têm chamado a atenção de especialistas e levantado discussões sobre segurança viária, mobilidade urbana e planejamento.

Para o especialista em trânsito Rafael Cristo, o tema deve ser analisado a partir de três eixos principais: trânsito, mobilidade urbana e segurança viária.

Segundo ele, no eixo trânsito estão envolvidos três elementos fundamentais - pessoas, via e veículo -, sendo que, nesse trinômio, a preservação da vida deve ser prioridade. Já no eixo de mobilidade urbana, o foco recai sobre o crescimento das cidades, considerando aspectos como serviços, infraestrutura e modalidades de transporte. Por fim, o eixo de segurança viária engloba educação, engenharia e fiscalização.

Sobre o uso irregular das faixas exclusivas do BRT por carros, motos e ciclistas, Rafael Cristo destaca que a infração é considerada gravíssima. De acordo com o artigo 184, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a penalidade é de sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e multa no valor de R\$ 293,47. Ele observou, porém, uma particularidade na Região Metropolitana de Belém: a permissão de circulação de viaturas na faixa exclusiva.

Conforme o inciso VII do artigo 29 do CTB, veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, polícia, fiscalização e operação de trânsito, além de ambulâncias, têm prioridade e livre circulação, desde que devidamente caracterizados, finalizou Rafael Cristo.

Ligações Insistentes

“Atender ligações de números desconhecidos, a vítima já passa uma informação crucial - de que a linha está ativa e pode ser conectada. Isto está presente no seu dia-a-dia”

Chamadas indesejadas

Mesmo com aplicativos e ferramentas de bloqueio. Sejam chamadas de telemarketing - para ofertar produtos - ou de golpistas - alegando compras e transferências em valores altos - os aparelhos celulares tocam a todo momento. Por isso, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e empresas de telefonia têm investido em novas tecnologias que auxiliam na identificação de chamadas legítimas e como bloqueadores de ações abusivas e/ou criminosas.

O advogado Sebastião Nazareno, especialista em Direito Criminal, alerta que há cinco tipos de falsificações mais comuns nos contatos via telefone: central de atendimento, que informa sobre compra suspeita e conduz a vítima a transferir valores; gerente de banco, que pede instalação de aplicativo para solucionar problemas; parente ou WhatsApp clonado, que solicita envio rápido de dinheiro; empréstimo consignado, que solicita taxas antecipadas; e entrega, leilão ou pendência com órgão público, que solicita pagamento. Além disso, Nazareno ressalta que chamadas de poucos segundos, que apenas tocam, são feitas como parte de uma triagem, para avaliar se a linha está ativa.

Moradores Sofrem



A técnica de enfermagem e vendedora **FRANCILAURA AGUIAR** (foto), relata que recebe ligações a cada hora, principalmente de contatos desconhecidos, operadoras de telefone e supostos bancos. “É uma perturbação”, fala. Certa vez, ela quase caiu em um golpe, no qual os criminosos se passaram por funcionários da Caixa Econômica Federal.

“Me ligaram e falaram que eu tinha ganhado um prêmio no meu aplicativo. Deram todas as minhas informações. Eles disseram: ‘Olha, você vai agora na Caixa Econômica para resgatar seu prêmio’. Eu peguei a bicicleta e fui. Chegando lá, eles queriam que eu digitasse a minha senha. Meu marido, na mesma hora, me ligou e eu contei. Ele disse: ‘Não, desliga o teu telefone’”, relata.

Assim como a técnica de enfer



magem, o vendedor **VINICIUS LIMA** (foto), afirma que as principais ligações recebidas são de supostos bancos e operadoras. Segundo o jovem, mesmo com o bloqueio, os criminosos que aplicam golpes e agentes de telemarketing seguem entrando em contato por meio de outros números. Ao notar que uma chamada é suspeita, logo Vinicius desliga e restringe o contato.

“Olha, às vezes (as ligações) são de 15 em 15 minutos. Mesmo a gente bloqueando esses números, a gente recebe várias e várias ligações dessas pessoas. A gente vê nas redes sociais e na internet que muitas pessoas, infelizmente, caem nesse tipo de golpe, dessas pessoas se passando por empresas”, diz.



Com a bancária **DANIELLE BARROS** (foto), a situação não é diferente. Ao receber as chamadas, que em maioria são de operadoras de telefone, ela desliga e bloqueia o número. Entretanto, tal qual com Vinicius, as ligações são insistentes por meio de outros contatos.

“Eu conheço pessoas que recebem esse tipo de golpe e caem muito, por sinal. Às vezes, eu perco a conta (de quantas ligações). É sempre isso. Se a gente recusar uma, vem logo outra. É uma atrás da outra, porque são vários números que eles usam”, fala.

Como Identificar um Golpe

O advogado Sebastião Nazareno explica que a diferença entre uma chamada legítima e uma que leva a um golpe ou prática abusiva está no que é pedido pela pessoa do outro lado da linha. O especialista comenta que não é

possível confiar no número que aparece na tela, visto que a Anatel parou de exigir o prefixo 0303 em ligações de telemarketing desde agosto de 2025.

“O número pode ser falsificado e a identificação visual ficou mais frágil. A agência hoje aposta na tecnologia de ‘Origem Verificada’, que mostra nome, logotipo e motivo da chamada, mas ela depende de aparelho e redes compatíveis”, alerta.

Nazareno afirma que três sinais são muito comuns na maioria dos golpes: pressa, pedido de dado que a instituição deveria possuir e ordem para transferir valores a uma “conta segura”. “‘Conta segura’ não existe, é frase de golpista. O teste é simples e nunca falha: desligue e ligue você mesmo para o número oficial, o do verso do cartão ou do aplicativo. Nenhum golpista sobrevive a esse teste, porque ele precisa que você continue na linha dele”, ensina.

Riscos

Ao atender uma chamada suspeita, a informação de que a linha está ativa e com um usuário já é fornecida para quem liga. Nazareno fala que, no mercado de listas, isso já se torna dinheiro. No decorrer da ligação, enquanto coleta dados aos poucos, o golpista monta um tipo de quebra-cabeça, com tudo que precisa para se passar por contatos oficiais: “Cada resposta é uma peça. Quando ele liga de novo, às vezes dias depois, já sabe o suficiente para parecer o banco”.

“Há hoje o risco crescente do uso da gravação de voz. Ferramentas de clonagem por inteligência artificial precisam de poucos segundos de áudio para gerar uma chamada falsa em nome da vítima, dirigida a um parente”, exemplifica.

Nazareno ressalta que a maioria dos golpes inicia com vazamento de dados pessoais, considerado tratamento ilícito de informação. O advogado aponta que, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709/2018), quem falhou na guarda do dado deve ser responsabilizado.

Como Denunciar

As denúncias de ligações indesejadas devem ser feitas pelos canais oficiais da Anatel: aplicativo Anatel Consumidor; site; e número 1331, em dias úteis. Ademais, a vítima também pode denunciar presencialmente, em Belém, a sede da agência fica na Travessa Rosa Moreira, número 476, bairro do Telégrafo. Para tentar prevenir o contato insistente de telemarketing ou de supostos golpistas, ferramentas de bloqueio podem ser adotadas, disse.

TODOS PELA EDUCAÇÃO



CRISTOVAM BUARQUE



Lições para a Educação

O Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram, um diagnóstico da qualidade do ensino no país. Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostram avanços nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, bem como no ensino médio. O governo federal ressaltou que o desempenho obtido na análise do biênio 2023-2025 é o melhor já registrado da série histórica, iniciada em 2007. De fato, os números indicam pontos positivos. Mas apontam ainda desafios a serem vencidos em sala de aula.

Ressalte-se, no balanço do Ideb, a melhora significativa nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse período, que corresponde do 1º ao 5º ano, o índice passou de 5,7 para 6,1 na rede pública de ensino e mostrou uma clara evolução em relação a 2023. Nesse sentido, convém destacar o esforço desempenhado pelas redes municipais, responsáveis pela maior parte das escolas que atuam na alfabetização e no primeiro contato de crianças com o universo da educação.

É a partir dos anos finais (6º ao 9º) do ensino fundamental, contudo, que a equação começa a se complicar. Nessa etapa do ensino, também houve avanços, mas a média segue abaixo da meta nacional estabelecida pelo MEC. Na rede pública, o Ideb subiu de 4,7 para 5, mostrando uma evolução de 0,3 ponto. Ainda assim, o Brasil ficou abaixo do patamar previsto de 5,3. Como se vê, essa fase do ensino se encontra em nível inferior ao parâmetro considerado adequado para os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No ensino médio, a defasagem é ainda maior. O Ideb alcançado no ciclo 2023-2025 ficou em 4,3 na rede pública, melhor do que os 4,1 registrados anteriormente, mas muito distante do 5,2 estabelecido para esse estágio da vida escolar. Com dificuldades históricas como evasão, falta de professores e inadequação com a realidade do jovem, o ensino médio constitui seguramente o maior desafio para as autoridades em educação.

Em um país tão desigual e diverso como o Brasil, são previsíveis as diferenças de desempenho entre as unidades da Federação. Na análise dos resultados, convém destacar o sucesso da política educacional do Paraná, que ocupou o primeiro lugar em todas as etapas do ensino, colocando-se como referência ao lado de outras ilhas de excelência, como o Ceará. Em compensação, há situações delicadas em Estados como Rio Grande do Norte, Roraima, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

Apesar das dificuldades, os resultados gerais do Ideb são inegavelmente positivos, principalmente considerando a calamidade provocada pela pandemia de covid-19. É o que ressaltou o ministro da Educação, Leonardo Barchini. “Os organismos internacionais apontavam que o Brasil demoraria de 10 a 13 anos para conseguir voltar aos níveis pré-pandemia. E o que os resultados do Ideb mostram é que a gente conseguiu em quatro anos”, disse.

O diagnóstico indica que melhorar a aprendizagem deve ser a meta central para o futuro do ensino no Brasil. Nesse sentido, é fundamental observar as condições de ensino nos anos finais do ciclo fundamental e particularmente no ensino médio - a etapa mais vulnerável nos indicadores educacionais. Políticas públicas consistentes passam necessariamente pela valorização dos professores, entre outras medidas, e uma política de ensino que estimule o aluno a adquirir conhecimento, e não simplesmente observar uma sequência de conteúdos em sala de aula.

● AQUI VOCÊ ENCONTRA: MÚSICA, ASSUNTO DE MULHER, SAÚDE, COMPORTAMENTO, ROTEIRO CULTURAL E ESPORTES

AMOR NO PRIMEIRO TOQUE

■ OS ARTISTAS MAX SANTOS E DEUEL FERNANDES SARGES TRANSFORMAM MATÉRIA-PRIMA NATURAL EM SÍMBOLOS CARREGADOS DE TRADIÇÃO PARAENSE. AS OBRAS RETRATAM, PRINCIPALMENTE, A RIQUEZA DA AMAZÔNIA

Fé por meio da arte

De imagens esculpidas em madeira de cedro a obras 3D em miriti, artesãos paraenses utilizam da arte feita com as mãos para expressar a fé. Com a chegada do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que permeia Belém de janeiro a janeiro, os artistas dedicam-se intensamente a peças que carregam sentindo além do religioso - são criadas com afeição e adornadas por cultura. Os trabalhos manuais e minuciosos mostram ao mundo o talento que vem Amazônia.

Aos 13 anos, Max Santos apaixonou-se por esculturas de madeira, graças ao Mestre Edison. A paixão virou ofício e mais de quatro décadas depois permanece viva. Consolidado como escultor santeiro e restaurador, o artesão diz que está em eterno aprendizado.

"Foi amor ao primeiro toque. Eu o vi (Mestre Edison) trabalhando sozinho em uma peça, não me lembro bem qual era a imagem. Quando a peça tombou, inclinou, eu pulei e segurei", lembra.

Criação

Para criar uma escultura de santo, a primeira etapa é a escolha da madeira. Max explica que a opção mais indicada é o cedro, devido ao bom corte e à resistência a cupins. A madeira nobre é encontrada como branca, vermelha e rosa - sendo a última a preferida do escultor.

Se a encomenda é de uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré, Max logo pega a grande aliada do processo: uma réplica feita de resina da Imagem Peregrina. A peça foi entregue pela Diretoria da Festa de Nazaré (DFN) e contém todos os detalhes, incluindo miudezas das mãos, cabelos, rostos e vestes. Além disso, o item é essencial para que a proporção fique adequada.

"Primeiramente, eu pego uma madeira bruta, corto e deixo o quadrado com a medida dela, com todas as dimensões. Passo um desenho, tudo manualmente, e, depois, vou começan-

do a trabalhar nela", explica.

O desenho, registrado em papel manteiga, é feito na madeira com auxílio de papel carbono. Utilizando formões, goivas, cinzeis e martelos, o artesão entalha o cedro e, assim, a arte surge. O tempo para entrega de cada peça é relativo, mas costuma durar de um a dois meses, visto que é uma réplica fiel.

Max considera o rosto uma das partes mais delicadas e difíceis de elaborar: "Não adianta você fazer uma peça bonita se não tiver um rosto. Você tem que estar atento muito na proporção, para não ficar um braço mais comprido ou uma cabeça mais comprida. O rosto é o principal, as pessoas olham mais para o rostinho, detalhe da mão, cabelo."

Além da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, as peças que os clientes mais procuram com o escultor santeiro são de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e São Francisco.

Dedicação

"Quando eu pego uma madeira bruta, eu digo: 'É agora.' E vai surgindo, vai criando, ela vai renascendo. Renascendo da madeira, daquele pedaço de cedro bruto. Essa é a magia da criação", destaca Max sobre fazer imagens, especialmente da Rainha da Amazônia.

Ao ver uma peça

● TEXTO: NAZARÉ SARMENTO - FOTOS: RAY NONATO



Max (acima), apaixonado por escultura de madeira. Deuel, artista especializado em transformar matéria-prima em arte



pronta, o artista fica satisfeito, porém, a alegria maior surge ao ver o contentamento do cliente. Max se considera o maior crítico do próprio trabalho e ressalta que sempre busca melhorar para entregar esculturas cada vez mais detalhadas. Com isso, o valor costuma surpreender aqueles que desconhecem o ofício.

Entre as inúmeras histórias memoráveis com freqüentes, Max recorda com carinho da vez que ganhou um buquê de rosas. O cliente pediu para que ele levasse a escultura encomendada, uma imagem de São Francisco, até o apartamento onde morava. Ao chegar lá, o artista foi recebido com as flores e profunda gratidão. "É muito prazeroso você ver um trabalho seu em uma residência. É muito bom. É gratificante ver o reconhecimento. As pessoas olham, agradecem. Isso que é prazeroso, isso que é gostoso", fala.

Organização

O escultor santeiro aponta que o tempo ideal para produzir peças para o Círio de Nossa Senhora de Nazaré é de até três meses - ou seja, se a peça é para outubro, as encomendas devem ser feitas entre junho e julho. A imagem da Rainha da Amazônia deve ser solicitada com antecedência, considerando a organização financeira para o

investimento. O trabalho de Max vai desde a escolha da madeira até os desenhos finais da pintura.

"O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é o ano todo para mim. Não é só a data, porque eu tenho que me preparar. Como é algo que leva tempo para fazer, tenho que preparar. Termina um Círio e eu já estou me preparando para o próximo. Às vezes o cliente quer dar um presente, às vezes tem uma localidade que quer ter a imagem para peregrinar, então, eles vêm até mim", comenta.

Símbolo Cultural

No Pará, é comum que as crianças brinquem com pequenos barcos, bonecos e animais de miriti. Enquanto o paraense cresce, o artesanato o acompanha e os brinquedos tornam-se ou dão lugar a objetos decorativos, também feitos com a matéria-prima amazônica. Entre aqueles que transformam madeira em arte, está Deuel Fernandes Sarges, artesão e artista especializado em arte 3D em miriti.

A jornada de Deuel no mundo artístico iniciou aos 10 anos, com pinturas em tela. Em seguida, ele migrou para criações em argila, madeira e isopor. Ao descobrir o miriti, viu que havia semelhanças com o isopor e decidiu uni-lo às pinturas, incorporando técnicas tridimensionais e aplicando realismo.

"Hoje, no miriti, já são 20 anos e conhecido por muitos há 12 anos. Eu vi que não era somente algo simples. Juntando miriti bom, você pode fazer mesas pequenas de centro e até mesas médias, você pode fazer puff que surto até 140 quilos, como eu já testei", diz.

"Eu costumo fazer um projeto de desenho, muitas vezes só na mente, muitas vezes no papel. Também vou ver a história daquela ave, daquele animal, o tamanho que ele pode ser, que ele pode chegar. Com isso, tendo fazer ele o mais realista possível", ressalta Deuel.



COMPRE PELO WHATSAPP:

(91)98224-2882

ENTREGA E MONTAGEM GRÁTIS



NA ESQUINA DA ECONOMIA,
RUA MANOEL BARATA COM PADRE EUTÍQUIO,
NO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM
ACESSE: AVISTAO.COM.BR @LOJASAVISTAO



CARLITINHO DO BREGA

PRODUTOR MUSICAL

Turnê Nacional

“Após conquistar públicos com releituras nas redes sociais, a banda paraense leva para os palcos a fusão de reggae, brega e guitarrada por todo o país”



● REGGAETOWN INICIOU TURNÊ NACIONAL E LANÇAMENTO DE ÁLBUM DUPLO AUTORAL

Reggaetown

“Projetando Identidade”

Criada há 16 anos em Belém, no Pará, a banda Reggaetown iniciou uma nova turnê, projetando sua identidade musical para além das fronteiras paraenses.

Marcado pela fusão de reggae, brega, carimbó e guitarrada, o grupo atravessa uma fase de expansão após o sucesso de suas versões nas redes sociais, que alcançaram ouvintes no Brasil e no exterior. Paralelamente às apresentações, os músicos finalizaram a produção de um álbum duplo totalmente autoral.

A Reggaetown deu o pontapé inicial em sua turnê por Fortaleza antes de seguir por palcos do Ceará, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Piauí. A banda levará o tempero paraense para palcos de peso, dividindo a programação do Vix Festival e do Fyah Festival com ícones como Israel Vibration, Mato Seco, Ponto de Equilíbrio, Cidade Verde, Alma Djem e Filosofia Reggae, onde apresentará, em primeira mão, composições de seu novo trabalho.

“Cada turnê é sempre um sonho de moleque se realizando. Todo músico

sonha com esse acontecimento. Sair de Belém e poder estar presente com grandes nomes da cena nacional e mundial, para a gente, é algo incrível”, afirma Bruno Rodriguez, vocalista da Reggaetown.

A trajetória da Reggaetown teve início em Belém, em 2010, quando Bruno e Lelo idealizaram um projeto alinhado às suas referências artísticas. Atualmente, a banda é composta por Bruno Rodriguez (vocal), Lelo (baixo), Julian (bateria) e Adria (guitarra), contando também com o suporte técnico de Augusto na equipe de produção.

A publicação das versões musicais nas redes sociais da banda nasceu de um pedido dos amigos que viviam fora de Belém e queriam ouvir as releituras em reggae que a Reggaetown já apresentava nos shows. A banda começou a gravar e publicar uma versão por semana, até que os vídeos passaram a viajar bem mais longe.

“A gente fazia as versões ao vivo, mas nossos amigos de outras cidades ficavam pedindo para a gente filmar e mandar para eles. Foi aí que tivemos a ideia de fazer uma versão por semana e

postar nas redes sociais.

Até que um dia o Chico Buarque repostou uma versão que fizemos da música dele, e aí começou a ir para outros públicos pelo Brasil. E quando fizemos uma versão da música do System of a Down, o baixista repostou, e aí a banda alcançou outros públicos ao redor do mundo”, conta Bruno.

O sucesso das releituras abriu caminho para impulsionar a obra autoral da Reggaetown, que costuma apresentar suas canções originais logo após as versões consagradas nos shows.

Essa trajetória ganha novo fôlego com a fase final de mixagem e masterização de um disco duplo, ainda sem nome oficial, cujas faixas inéditas integrarão a atual turnê. O projeto divide-se em duas propostas estéticas: uma voltada ao new roots, com arranjos de rap e dub, e outra de caráter mais leve e romântico. O trabalho reúne colaborações de Cidade Verde Sounds, Regiane Araújo, Dudu Urband e Pump Killa, somando-se à discografia do grupo, que já conta com o álbum Viver na Paz (2014), o EP Aura Sessions (2017) e diversos singles.

SOM NO TUCUPI

● CARLITINHO DO BREGA

Brega paid'egua



No Pará, a identidade cultural do povo é marcada por muitas expressões, como a música e a dança. Nas noites nas casas de shows, um dos ritmos mais encontrados é o brega paraense, que pode ser dançado de várias maneiras, conforme a vertente escolhida pela pessoa. Brega pop, saudade, tecnobrega e calipso - também conhecido como brega de palco - integram a dança que faz parte da rotina de muitos em nosso Estado.

A vertente do ritmo, presente em sucessos como “Amor Ardente”, do paraense Luiz Guilherme, ou “Não vivo sem você”, de Juca Medalha, é conhecida por apresentar canções mais lentas. Na dança, é classificado como um estilo presente em bailes, festas e ensaios - assim como o brega pop e o tecnobrega - com passos mais suaves.

O brega saudade é conhecido por ser uma dança mais envolvente, menos solta, com o condutor e a conduzida realizando passos de maneira mais devagar em um abraço bem colado, diz Carlzinho do Brega.

No pop, são encontradas músicas mais agitadas quando comparadas às dançadas no brega saudade. Os passos seguem a mesma base que a vertente mais “romântica”, o que diferencia é a batida mais acelerada. No brega pop, os dançarinos se abraçam de uma forma menos colada e realizam passos mais descontraídos. Alguns giros que se aproximam do tecnobrega também são realizados. Isso é brega.



60 anos na estrada

Uma festa foi pouco para comemorar a trajetória de 60 anos da banda paraense Sayonara. Músicas que marcaram os bailes como “Quem não te quer sou eu”, “Declaração de amor”, “Tarde demais”, “O sonho acabou” e outros sucessos fazem parte da história da banda que representa a cultura e a musicalidade paraense.

Na construção do repertório nós sentimos dificuldades, por que em 60 anos, muitos ritmos e sucessos foram consolidados, então extrair de seis décadas é muito complexo, são inúmeras gerações, estilos, ritmos, mas nesses 60 anos sempre estamos tentando agradar todo o público dos anos 60, 70, 80, afirmou Lucinha Bastos, que iniciou sua carreira como cantora na Banda Sayonara.

“Imagina como foi comemorar esse aniversário de 60 anos com o nosso público, extremamente importante nessa celebração, por que são eles que tornam a banda mais conhecida e fazem-nos sentir tão amados e importantes na música paraense, sem dúvida isso é muito gratificante para todos nós, comemorou Lucinha, que além de ex-integrante é atual diretora artística da tradicional banda paraense, que continua embalando gerações.



NAZARÉ SARMENTO

EDITORA EXECUTIVA

Renegados?

- Não estamos falando apenas de percepção de insegurança. Estamos diante de um problema concreto de segurança pública e, simultaneamente, de uma tragédia social



- O crescimento da população em situação de rua tem gerado cobranças por políticas públicas estruturadas

Os filhos da rua

Uma criança de cinco anos estava ao lado da mãe, em Brasília, quando um homem se aproximou e, sem motivo aparente, desferiu um chute contra sua cabeça. A cena, registrada por câmeras de segurança, é brutal. O agressor, um homem em situação de rua, foi detido. Mais preocupante é perceber que episódios de violência envolvendo pessoas que vivem nas ruas têm se repetido nas grandes cidades.

O grito ambiental nas ruas e a urgência da justiça me preocupa com a crescente ocupação de áreas públicas por acampamentos e questiono as consequências da decisão do Supremo Tribunal Federal que proibiu o recolhimento forçado de bens e pertences, assim como a remoção e o transporte compulsório da população em situação de rua.

Passados dois anos e meio, volto ao tema. Não porque o problema tenha sido resolvido, mas porque ganhou contornos ainda mais preocupantes.

Continuam visíveis a ocupação e a degradação de áreas verdes, o descarte irregular de lixo, a sujeira e a deterioração de espaços que pertencem a toda a sociedade. A isso se soma a sensação de insegurança, e principalmente há algo que não pode ser relativizado: a violência.

É indispensável deixar claro que a população em situação de rua não constitui um grupo homogêneo de criminosos. São milhares de brasileiros em condições extremas de vulnerabilidade, muitos atingidos pela pobreza, rompimento de vínculos familiares, dependência química ou transtornos mentais. Precisam de assistência, tratamento, acolhimento e

oportunidades para reconstruir suas vidas. São também, frequentemente, vítimas da violência.

Reconhecer essa realidade, entretanto, não significa fechar os olhos para outra.

Dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública mostram que, em 2023 e 2024, 73% dos homicídios consumados envolveram pessoas em situação de rua como vítimas. Mas o mesmo levantamento revela que 60% tiveram pessoas em situação de rua na condição de autor.

Portanto, não estamos falando apenas de percepção de insegurança. Estamos diante de um problema concreto de segurança pública e, simultaneamente, de uma tragédia social. Pessoas vulneráveis estão matando e morrendo nas ruas. E cidadãos que nada têm a ver com essa realidade também estão sendo ameaçados e agredidos. Quando uma criança de cinco anos recebe um chute na cabeça enquanto simplesmente acompanha a mãe, alguma coisa falhou gravemente.

É preciso romper com a falsa escolha entre defender os direitos humanos da população em situação de rua e defender a segurança de quem caminha pelas ruas de Belém.

Quem vive na rua tem direito à dignidade. Quem anda pela rua tem direito à segurança. O Estado tem obrigação de garantir ambos.

Não é razoável que famílias tenham medo de caminhar por determinadas áreas, que comerciantes convivam com ameaças ou que cidadãos alterem seus trajetos porque não se sentem seguros. Da mesma forma, não é aceitável aban-

donar seres humanos em calçadas, marquises e áreas verdes e chamar isso de respeito à liberdade individual. Há uma enorme diferença entre acolher e abandonar.

A decisão do STF estabeleceu limites para ações compulsórias do Poder Público e buscou proteger uma população historicamente vulnerável. Mas não pode servir de pretexto para a paralisia do Estado. Casos envolvendo dependência química grave, transtornos mentais, comportamento violento ou risco concreto para a própria pessoa ou terceiros exigem atuação integrada das áreas de saúde, assistência social e segurança pública, sempre dentro da lei.

Também é preciso distinguir quem precisa de ajuda de quem utiliza acampamentos como esconderijo ou ponto de apoio para a prática de crimes. Proteger os vulneráveis significa, inclusive, impedir que criminosos se aproveitem dessa vulnerabilidade.

Em 2024, escrevi que Belém estava se transformando em uma "terra abandonada". Hoje, acrescento uma preocupação ainda mais grave: não podemos permitir que o medo seja incorporado à paisagem da capital.

Direitos humanos não podem existir pela metade. A pessoa em situação de rua merece proteção, dignidade e oportunidade para recomeçar. Mas a criança que caminha com a mãe, o idoso que atravessa uma praça, o trabalhador que espera o ônibus e a mulher que volta para casa também têm direitos fundamentais.

Entre eles, um dos mais elementares: o direito de não ter medo.

POR NÓS, POR TODAS

● NAZARÉ SARMENTO

"Você oferece amor em dose mínima?"

Muitas mulheres têm dificuldade de demonstrar carinho pelo parceiro. Por medo de serem traídas ou de que alguém tire proveito de sua bondade, elas preferem se fechar e adotar a postura: "Antes que ele me magoe, eu o machuco". Para elas, ser atenciosa, elogiar ou se dedicar ao relacionamento parece fraqueza, como se fazer o bem as deixasse vulneráveis aos olhos dos outros.

Essa "casca grossa", no entanto, costuma ter raízes antigas. Às vezes, nasce de abandono, rejeição ou decepções que marcaram a infância. Somam-se a isso conselhos distorcidos, como: "Nunca dependa de homem algum". O resultado são mulheres que até têm relacionamentos amorosos, mas deixam o coração cercado por barreiras e oferecem amor em doses mínimas.

Quem vive sob inseguranças e autodefesa não consegue ter cumplicidade em uma relação. Entenda: uma vida a dois saudável exige troca, entrega mútua e respeito. Não pode haver medo. É a confiança um no outro e a confiança de ambos em Deus que os fazem mais fortes. Por outro lado, quem dá amor a conta-gotas carece de uma reconstrução do eu, desfazendo-se de barreiras para deixar de viver na solidão.



Deus no Centro

Mais do que estar no centro da relação, Deus precisa assumir o centro de seu coração. A Bíblia diz: "O homem bom tira boas coisas do bom tesouro do seu coração". Se o medo molda suas reações, leitora, você precisa tratar seu interior para que suas atitudes comecem a mudar.

O Criador nos serve todos os dias com vida, cuidado, oportunidades e misericórdia e, ainda assim, permanece Grandíssimo. Logo, se Ele pode servir sem perder Sua grandeza, por que seu amor ao parceiro diminuiria você? Por que cuidar do relacionamento a faria inferior?

Amar, servir e se dedicar não são sinais de fraqueza, mas de força. Quem mais oferece, mais é abençoado naquilo que semeou, pois Deus nos ensina a nos entregarmos sem reservas. Mas como dar o melhor sem tê-Lo, não é mesmo?

Eis a necessidade da cura. Se você permitir que Deus desfaça sua bagunça interior, você perceberá que ser boa se tornará algo natural. Mantenha sua confiança firmada nEle. Desse modo, você assume seu papel como mulher presente, zelosa e carinhosa, sabendo que Ele lhe honrará, apontando ao seu parceiro o quanto você é valiosa!

Guarde isso: seu carinho, voz e olhar são únicos e, quando usados com sabedoria, transformam a relação e aproximam seu companheiro para que, juntos, vocês se tornem um só.

Não esqueça que o amor revoluciona, acalenta e também cura

Poder Terapêutico do Crochê

- As técnicas manuais, quando utilizadas de forma terapêutica, podem ser especialmente benéficas para pessoas em processos de reabilitação mental e física

Conexão Saúde

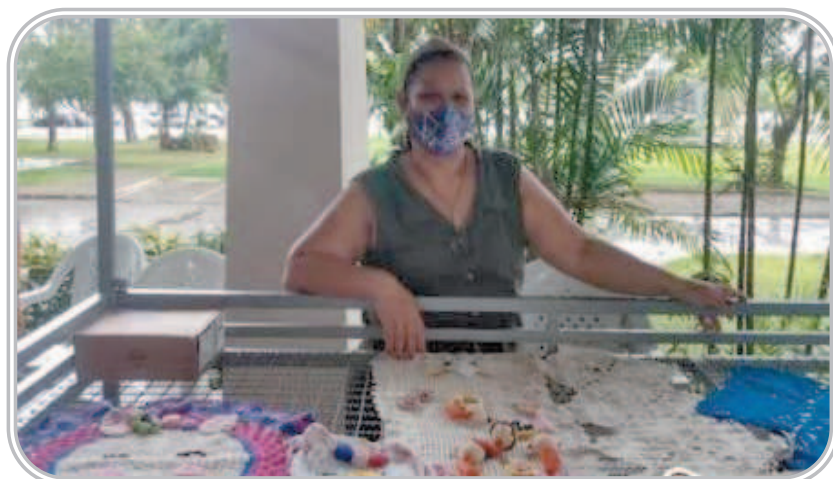
Em tempos de correria, com a constante pressão por produtividade e estímulos excessivos, práticas manuais como o crochê e o tricô têm se destacado não apenas como formas de expressão criativa, mas também como ferramentas terapêuticas. Embora muitos artesãos e artesãs vejam essas atividades principalmente como fontes de renda, é cada vez mais evidente que elas oferecem uma verdadeira conexão com o corpo, com a mente e, muitas vezes, com outras pessoas.

As entrevistas com artesãs e terapeutas revelam uma importante faceta dessas práticas, a capacidade de promover o bem-estar psicológico. Para muitas pessoas, como é o caso de Acenet Andrade e Ducilene Andrade, o crochê não é apenas uma técnica, é um alicerce para lidar com desafios emocionais, como ansiedade e estresse. A própria Acenet, que aprendeu a trabalhar com manualidades desde a adolescência, descreve como o crochê e o bordado ajudaram a superar momentos de isolamento e insegurança. “Quando você está trabalhando com suas mãos, o tempo passa de forma diferente. Isso ajuda a acalmar, principalmente a mente, que fica em um constante ritmo acelerado”, comenta.

Do ponto de vista psicológico, a psicóloga Keila Dias explica que o processo de criar algo com as próprias mãos libera dopamina, neurotransmissor ligado à sensação de prazer e realização. Cada ponto de crochê ou tricô é uma pequena vitória, criando um ciclo de produtividade que alimenta o senso de competência e autoestima. Esse efeito é especialmente notável quando a pessoa começa a perceber o avanço da peça, seja ela um acessório, uma peça de roupa ou uma obra decorativa.

“Além disso, as atividades manuais favorecem a prática de mindfulness, pois exigem atenção plena no que está sendo feito. Movimentos repetitivos, como os do tricô, ajudam a acalmar a amígdala, a região do cérebro relacionada ao estresse, e induzem uma sensação de relaxamento, funcionando quase como uma meditação em movimento”, destaca a psicóloga.

As técnicas manuais, quando utilizadas de forma terapêutica, podem ser especialmente benéficas para pessoas em processos de reabilitação física e mental. A professora de Terapia Ocupacional,



● Ducilene Andrade: “Crochê é alicerce para que eu lide com muitos desafios”

Ingrid Bergman, explica que o crochê e o tricô podem ser usados para trabalhar habilidades como coordenação motora fina, força muscular e atenção. “Essas atividades promovem a coordenação motora, ajudam a melhorar a memória e, especialmente, têm um impacto positivo na saúde mental”, afirma Ingrid, que aplica essas técnicas no tratamento de pacientes com lesões físicas, como os que passaram por AVCs ou sofrem de artrite.

No campo da saúde mental, essas atividades também desempenham um papel fundamental. Ao promoverem o foco e a atenção, elas ajudam a reduzir os sintomas de ansiedade e estresse. Além disso, o simples fato de produzir algo com as mãos cria um forte senso de competência e identidade criativa. Para muitas pessoas, essas práticas se tornam uma forma de autocompaixão e autoapoio emocional.

A terapia ocupacional também envolve o uso do crochê em contextos de reabilitação social. As oficinas terapêuticas, muitas vezes realizadas em grupos, promovem uma interação social que aumenta a sensação de pertencimento. Esse tipo de atividade, além de

ser uma ocupação significativa, é um poderoso antídoto contra o isolamento, promovendo a conexão humana e liberando oxitocina, o hormônio do vínculo.

Porém, além de seus benefícios terapêuticos individuais, o crochê também pode ser um importante instrumento de geração de renda e empoderamento. O coletivo “Flores da Mãe Santíssima” nasceu com o propósito de gerar renda para as famílias envolvidas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. O crochê é o carro-chefe do grupo, que mistura tradição e inovação para criar peças modernas e acessíveis, como acessórios de moda e itens decorativos.

Lucileide Batista, uma das fundadoras do coletivo, destaca como essa prática, que antes era vista como “coisa de vovó”, ganhou novos ares e conquistou uma nova geração. “O crochê tem sido ressignificado, especialmente com a moda, e isso trouxe mais visibilidade e valorização para a técnica”, afirma. O grupo aposta na mistura do crochê com outros materiais regionais, como sementes de açaí e castanha do Pará, para criar produtos que não só resgatem

a cultura local, mas também agregam valor ao produto artesanal.

Para muitas mulheres que participam de grupos como o “Flores da Mãe Santíssima”, o crochê vai além da terapia e da criação; é uma forma de conquistar a independência financeira. A produção não só ajuda a garantir a renda familiar, mas também fortalece laços comunitários e permite que as participantes compartilhem suas histórias e conhecimentos com as novas gerações.



- O CROCHÊ TAMBÉM TEM UM PAPEL FUNDAMENTAL: ATUA COMO UMA FERRAMENTA TERAPÊUTICA E INFLUENCIA DIRETAMENTE A SAÚDE MENTAL DE QUEM SE DEBRUÇA NESTA ARTE

MOMENTO INCLUSÃO



CAROL SALOMÃO - ASSISTENTE SOCIAL

Como acompanhar o desenvolvimento dos filhos

No Brasil, ainda é pouco reconhecido o peso da primeira infância para o desenvolvimento humano. Uma pesquisa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal revelou que 84% da população não considera os primeiros anos de vida como fundamentais nesse processo. Para 41% dos entrevistados, o maior pico do desenvolvimento acontece apenas na vida adulta.

Contrariando a crença popular, inúmeros estudos apontam que a fase entre 0 e 6 anos é essencial para a saúde, o aprendizado, o desenvolvimento e o bem-estar social e emocional das crianças. Assim, as primeiras experiências vividas nesse período servem como base para o desenvolvimento integral.



Observando de Perto

É importante que os pais tenham conhecimento sobre cada fase e contem com o apoio de um pediatra para acompanhar se o desenvolvimento da criança está evoluindo como esperado, para, se necessário, adotar medidas de estímulo ou avaliar a necessidade de acompanhamento com especialistas, explica a pediatra neonatologista Andréa Patente.

A atenção e o tempo de qualidade também são essenciais nessa fase. “É na infância que acontece o desenvolvimento cerebral, emocional e social, estabelecendo padrões de comportamento, autoestima, capacidade de lidar com o estresse e de formar relacionamentos saudáveis. Um ambiente seguro e afetivo promove confiança e estabilidade emocional, enquanto a negligência ou traumas podem resultar em adultos inseguros, ansiosos e com dificuldades interpessoais”, alerta.

Os Pais Como Exemplo

As crianças aprendem principalmente por imitação e os pais são suas primeiras referências. Por isso, o comportamento da família e os hábitos do lar influenciam diretamente a construção de padrões na criança - desde a alimentação até o uso de telas.

A pergunta que fica é: que exemplo você tem dado ao seu filho? Para garantir um futuro mais saudável e equilibrado, cobranças podem até existir, mas nada substitui a prática diária do exemplo. Mais do que ensinar, é com atitudes que os pais verdadeiramente educam.

Planejar e não Improvisar

- Organizar seus bens ainda em vida pode evitar gastos, conflitos familiares e garantir que sua vontade seja respeitada por todos após sua partida



- Um patrimônio desorganizado pode gerar algumas dificuldades para os herdeiros

Herança não é assunto só de milionários

O falecimento de um familiar traz à tona não apenas a dor do luto e as questões relacionadas aos atos fúnebres, mas também os desdobramentos envolvendo a herança, independentemente do valor dos bens deixados. Isso porque a maioria das pessoas não se prepara para esse momento e, quando ele chega, os familiares precisam lidar com altos custos do inventário, além de possíveis brigas e disputas judiciais pela divisão do patrimônio. Esse cenário, no entanto, pode ser minimizado com um planejamento sucessório feito ainda em vida.

Patrícia Lages, jornalista, escritora e especialista em finanças, explica que o custo de um inventário pode variar bastante. "Pode ir de 4% a mais de 15% do patrimônio. Fornecer um percentual exato pode ser complicado, pois o custo real envolve fatores como o Estado onde o inventário é realizado, o valor dos bens envolvidos, a complexidade ou fluidez do processo, que influenciam diretamente no preço cobrado", afirma. Segundo a especialista, é comum que as pessoas falecidas deixem a documentação patrimonial desorganizada, o que dificulta ainda mais o processo. "Entre os problemas mais frequentes

estão imóveis com documentação irregular, matrículas desatualizadas ou falta de escritura, o que encarece e prolonga o processo. A regularização desses bens antes do inventário diminui significativamente os custos e o tempo do processo, incluindo honorários advocatícios e taxas", observa.

Sucessão Antecipada

Por isso, ela destaca que o planejamento sucessório não é uma medida exclusiva para grandes fortunas. "Ele é muito útil para qualquer família que tenha bens, ainda que seja um carro, uma casa ou uma conta com um pouquinho de dinheiro. Em geral, essa sucessão antecipada e planejada não elimina, mas reduz os conflitos familiares, evitando o processo de inventário após o falecimento.

Métodos como a doação em vida com usufruto, a previdência privada e o seguro de vida também podem simplificar a transferência e reduzir despesas futuras, esclarece.

A especialista recomenda que a família converse com o proprietário dos bens para conhecer e avaliar as possibilidades de planejamento ainda em

vida. O objetivo é evitar conflitos, dores de cabeça e gastos futuros. Embora o planejamento sucessório não elimine custos, como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e as despesas com matrícula e escritura de imóveis, ele garante que a vontade do proprietário seja respeitada dentro dos limites da lei, reduzindo burocracia, custos e conflitos familiares, independentemente do volume de bens.

Quando um familiar falece sem que tenha havido planejamento prévio, geralmente já é tarde para evitar custos de inventário que poderiam ter sido reduzidos anteriormente.

Independentemente da quantidade de bens que possui, o planejamento sucessório organiza o patrimônio e facilita sua futura transferência aos herdeiros. Vale a pena promover uma conversa em família para alinhar expectativas, evitar conflitos e reduzir custos desnecessários no futuro. A doação em vida permite que o proprietário transfira seus bens ainda durante sua existência. É possível incluir cláusulas importantes, como a de usufruto, que garante ao doador o direito de utilizar e desfrutar do imóvel até o fim da vida, esclarece Patrícia Lages.

PONTO DE FÉ



MISSIONÁRIO GERALDO ALENCAR

Quando Deus pede morada

Para início de conversa, lembramos que todos precisam de um lugar para morar. E esse espaço não deve ser apenas físico, mas deve representar proteção, pertencimento e, sobretudo, a possibilidade de viver com dignidade. A ressurreição de Lázaro é narrada (Jo 11,1-45). A cena se passa na casa de Marta e Maria, amigas de Jesus. É significativo que esse grande sinal aconteça no contexto de uma casa e de uma amizade. Ali se revela um Cristo profundamente humano: Ele se emociona diante da dor das duas irmãs e partilha a experiência do luto. O texto chega a registrar uma das frases mais curtas e mais comoventes da Escritura: "Jesus chorou".

O Filho de Deus não se mantém indiferente diante do sofrimento humano. Ao contrário, Ele entra na casa marcada pela dor e ali manifesta a força da vida. Quando Ele ordena: "Lázaro, vem para fora!", Jesus devolve àquela família não apenas um irmão, mas a esperança. A casa que havia sido tomada pela tristeza torna-se, novamente, espaço de vida.

Essa passagem nos ajuda a compreender algo fundamental: onde há acolhida e cuidado, Deus encontra morada. Por isso, a reflexão sobre a moradia não pode ser reduzida apenas à dimensão material, embora ela seja indispensável.

A Doutrina Social da Igreja recorda que a moradia digna faz parte do conjunto de condições necessárias para que a pessoa humana possa desenvolver plenamente sua vida. O Catecismo da Igreja Católica afirma que o acesso aos bens necessários para viver com dignidade deve ser promovido pela sociedade e pelos governantes. Entre esses bens está, evidentemente, a habitação. Não se trata apenas de uma questão econômica, mas de uma exigência moral.

Esses ensinamentos não devem ser apenas discursos retóricos; devem interpelar a consciência cristã hoje. Se Deus quis morar entre nós, cada pessoa humana se torna, de certo modo, uma porta pela qual Ele continua a entrar no mundo. O problema da moradia, portanto, não é apenas um tema para especialistas em políticas públicas; ele é também um apelo à conversão do coração.

Olhar ao redor e perguntar de que modo podemos colaborar para que nossas cidades se tornem mais humanas. Às vezes pensamos que as grandes transformações dependem apenas de decisões governamentais - e elas são realmente necessárias. Mas o Evangelho nos lembra que o Reino de Deus também começa em gestos simples: acolher, partilhar, visitar, escutar.

Uma comunidade cristã que se organiza para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade já está construindo morada para Deus no mundo. Um grupo de vizinhos que se mobiliza para ajudar quem perdeu sua casa em uma enchente também testemunha o Evangelho. Uma paróquia que abre suas portas para iniciativas solidárias faz eco ao gesto de Cristo que entrou na casa de Marta e Maria.

O Evangelho de Lázaro traz ainda um detalhe significativo. Depois de chamar o amigo para fora do túmulo, Jesus diz aos que estão ao redor: "Desatai-o e deixai-o caminhar". Ou seja, o milagre não dispensa a colaboração humana. Jesus devolve a vida, mas pede que a comunidade ajude a libertar aquele que estava preso pelas faixas funerárias.

Também hoje, diante das tantas "faixas" que aprisionam a dignidade humana - pobreza, exclusão, falta de moradia -, Cristo continua convidando seus discípulos a colaborar com a obra da vida. Cada gesto de solidariedade ajuda a desatar os nós da injustiça. Ao contemplarmos Cristo que entra na casa do sofrimento humano para ali fazer florescer a vida, somos chamados a perguntar: que lugar estamos oferecendo para Deus habitar? Nosso coração, nossas famílias e nossas comunidades são espaços de acolhida ou de indiferença?

A Floresta Dentro da Cidade

O Parque Zoológico completou aniversário conectando gerações com sustentabilidade na natureza Amazônica



- Em comemoração a mais de um século de história, o espaço ambiental mais antigo do Brasil realiza trilhas guiadas e abre suas portas para contar a evolução de sua biodiversidade e patrimônio em Belém

131 anos

Abordando a Biodiversidade Amazônica

O Parque Zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi completou 131 anos. O espaço, que reúne lazer, ciência e contato com a natureza, deu início às comemorações com três trilhas guiadas abertas ao público. Abordando sustentabilidade, história e biodiversidade amazônica, as trilhas eram guiadas por especialistas que abordavam os diversos aspectos e a história do parque.

“Como o Parque hoje está completando 131 anos, a gente teve a oportunidade de oferecer essa trilha para poder contar a história do espaço, a gente consegue falar um pouquinho durante a trilha sobre essa mudança na sociedade que a gente teve na cidade de Belém e como o parque conseguiu se transformar, sobre a questão do tamanho, que aumentou, e as estruturas de acordo com a mudança do tempo. A gente vai contar a história do parque desde o início até os dias atuais”, disse Ronaldo Farias, estudante de história, mediador educativo e guia da trilha.

Durante esses anos, o parque expandiu sua extensão territorial e as pesquisas realizadas no local. Além disso, o espaço não é estático: vive em constante atualização quando falamos de raízes, animais, entre outros elementos.

“A gente não tinha muitas pesquisas sobre a Amazônia, e com o museu conseguimos expandir ao longo desses 131 anos. Temos também estruturas do século XIX, do XX e agora do XXI. Com isso podemos ver todas essas mudanças aqui. Além disso, ele é o parque zoológico mais antigo do Brasil, tem toda essa história que a gente con-

segue contar aqui dentro”, explica Ronaldo Farias, (foto).



Fundado em 1895, o Parque Zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi abriga hoje mais de 1.700 animais em uma área verde de 3.034 árvores, mantendo-se como um marco atemporal na memória de gerações de visitantes.

“As pessoas ainda acreditam que o parque surgiu assim, mas ele foi sendo agregado a vários terrenos. É muito bom a gente poder contar essa história e a maior parte de tudo aqui é plantado, não é uma floresta remanescente, é urbana. As pessoas que vieram antes, os pesquisadores e os funcionários que vieram antes de nós, iam plantando, fazendo os seus experimentos e trazendo outras árvores para serem aclimatadas aqui, para verem o desenvolvimento. Isso é muito interessante”, destaca Pedro Oliva, chefe de serviço do parque zoológico.

Há quase quatro décadas no parque, o profissional acompanha de perto

a evolução do local e faz questão de destacar a riqueza desse espaço: da imponência de espécies como a samaumeira e o mogno às plantas comestíveis, sem esquecer o aroma peculiar que marca a identidade do parque. “Sempre haverá novidades aqui, por isso a gente fica estimulando para as pessoas olharem, porque elas vão encontrar no parque as raízes, porque não tem como cobrir ou tirar todas as raízes. Você vai tropeçar, então aproveita e olha para cima para saber de quem é aquela raiz, se aquela árvore está com flor, qual o tamanho da folha, a textura, se ela é comestível ou não”, acrescenta Pedro Oliva.

O Parque Zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi é um espaço aberto ao público e, para os 131 anos, uma vasta programação ocorreu se unindo a outras datas especiais. Aproveitando a celebração, os pais Daphinne Silva e Emerson Maciel vieram apresentar para a filha Heloisa Hadassa as belezas do local e explicar desde cedo a importância do contato com a natureza e da preservação.

“A gente resolveu trazer nossa filha pela primeira vez para ter esse contato com a natureza. Aqui lembramos quando vínhamos quando crianças. A gente veio trazer ela para estar na natureza, ver os bichos e para que ela se adapte. Está bem diferente de quando éramos crianças, a gente sabe que a natureza vai mudando todos os dias, por isso a importância de ter cuidado e zelo, porque sabemos que com o passar do tempo mais quente vai ficando, por isso a importância da preservação”, opina Emerson Maciel.

CRÔNICAS

● MATHEUS AUGUSTO

A ausência que nomeia



Às segundas-feiras de manhã, Kael tem um compromisso: o banho e a tosa. O carro de uma pequena empresa de vizinhança, vem buscá-lo em casa e, algumas horas depois, o traz de volta. É uma rotina que já dura mais de dois anos e que, de certa maneira, também organiza a minha agenda. Enquanto ele está fora, preciso me manter em casa, esperando o momento em que alguém vai tocar a campainha.

Quase sempre é o dono do pet shop quem vem. Um homem na casa dos 50, simpático, desses cuja presença se torna familiar sem que a gente perceba exatamente quando isso acontece. Eu levo o meu filhote até a porta, ele o recebe com carinho, chama-o de “garotinho”, e conversamos sobre qualquer coisa: o carro que dá defeito, o Remo se continua na primeira divisão do ano que vem, meus dois outros cachorros que morreram recentemente. Pequenas coisas, aparentemente sem importância, que vão criando uma intimidade curiosa entre duas pessoas que se encontram apenas alguns minutos, uma vez por semana.

Eu sei que o pet shop é um negócio familiar, tocado por ele, pela esposa, pelo filho e pela nora. Sei que há um neto, que gosta de futebol, que é carinhoso com meu Kael. Só nunca soube o nome dele. Durante mais de dois anos, nunca perguntei. Em minha defesa, talvez porque não houvesse necessidade. Afinal, há pessoas que entram na nossa rotina sem que jamais façamos o movimento de apresentá-las formalmente.

Elas simplesmente estão ali. Tornam-se o rapaz que entrega a encomenda, a moça do café, o porteiro da noite, o motorista do “baú” que passa sempre no mesmo horário. Não sabemos seus nomes, mas reconhecemos seus rostos. Sabemos seus gestos, seus horários, suas pequenas preferências. De algum modo, conhecemos essas pessoas sem conhecê-las.

Porém, eu soube seu nome: Armando. Soube porque ele havia morrido num sábado, vítima de um infarto fulminante, jogando futebol. E foi assim que finalmente esse homem tão presente na nossa rotina familiar foi nominado.

A notícia de sua partida me tocou como se eu tivesse perdido um familiar ou um amigo. Pela primeira vez em mais de dois anos, ninguém veio buscar Kael. E havia alguma coisa estranha que não cabia apenas na ausência de um prestador de serviço frequente.

É curioso como a morte modifica retrospectivamente as nossas relações. De repente, aquela conversa sobre carros deixa de ser apenas uma conversa sobre carros, os comentários sobre o Clube do Remo passam a pertencer à memória e até o jeito como ele pegava meu cãozinho no colo se transforma em lembrança que dói. E eu me dou conta de que um homem que eu conhecia tão pouco fazia parte da minha vida. E, agora, vai fazer muita falta.

A vida é cheia dessas presenças pequenas. Pessoas que não sabem o quanto participam da nossa história porque nunca lhes contamos. Gente que encontramos no elevador, na padaria, na banca de jornal, no estacionamento, no caminho para o trabalho. Pessoas que atravessam nossos dias com uma frequência tão regular que parecem pertencer à paisagem. Até que um dia deixam de aparecer.

Talvez a morte tenha essa crueldade particular: ela nos revela algumas pessoas justamente quando já não podemos mais conhecê-las melhor. O nome, a curiosidade e a vontade de perguntar sobre a vida, os sonhos, a infância e os planos chegam depois. Descobrimos que havia uma pessoa inteira por trás de uma presença que conhecíamos apenas em pequenas parcelas.

Agora eu sei que, o carro vai estacionar, alguém vai tocar a campainha novamente na porta de casa, meu “garotinho” vai sair para o banho e a tosa, a agenda vai congelar por algumas horas e a vida vai repetir o ritual. Só que, desta vez, eu vou saber quem não está do outro lado da porta: Armando nunca mais virá. E eu só consigo pensar que talvez devêssemos perguntar mais nomes enquanto as pessoas ainda estão por perto. Antes que suas ausências as nomeiem.

APOSTAS EM JOGO

“É preciso que o Estado intervenha com força normativa, que reconheça o problema das bets não após consolidados os danos, mas quando eles aparecem pela primeira vez no horizonte”

Tropeços e dois canos de esperança

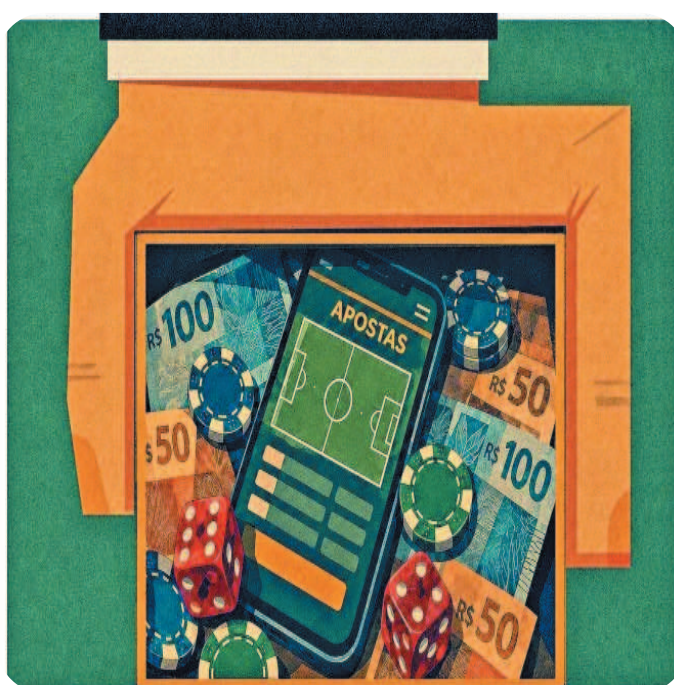
Acreditar no Brasil na Copa do Mundo da Fifa 2026 de futebol masculino foi uma aposta legítima. Somos uma nação de torcida crônica: a cada quatro anos, recebemos uma nova moeda para jogar no ar, acreditando concretamente na possibilidade de ganharmos a taça. Desde 2002, antes do sexto título, fomos “hexa” ao contrário, perdendo seis Copas seguidas. Ainda assim, mesmo com as confusões do ciclo e a classificação truncada nas eliminatórias, a aposta era honesta. Agora é hora de “2030 é logo ali”

A Noruega nos eliminou nas oitavas de final e acabou com a ilusão de que o Brasil e Neymar Jr. poderiam ressuscitar um ao outro. Mas é sintomático que o desempenho de Neymar nestes anos tenha sido questionado por suas ausências.

Fato é que a Seleção nunca ficou de fora de uma Copa e sempre temos uma nova chance. Não é assim com quem aposta em bets. Milhões de pessoas no Brasil sofrem derrotas diárias, sem pausa para hidratação. O mercado de apostas esportivas no Brasil movimentou mais de R\$ 100 bilhões.

O futebol sempre foi arena social, expondo nossas contradições: heróis, tragédias e possibilidades. O time em campo é nosso reflexo, mas, nos últimos anos, esse espelho virou presente de navegador europeu. Nele vemos um mundo doente, com a eficiência desumana da indústria das apostas.

As bets diferem das antigas casas de apostas pois não pedem ritual: são algoritmos no bolso, notificações de celular e intimidade permanente. Ninguém precisa buscar as informações sobre odds que chegam sozinhas, parasitando redes sociais, intervalos comerciais e até as transmissões de futebol, atreladas à imagem do cara legal ou do ex-atleta bem-sucedido. A legitimação é cruel quando um campeão do mundo diz “Isso é seguro para quem quer vencer”. E quem anuncia bet não ganha com sua vitória, mas com a derrota. O vício e a degradação econômica e mental crescem em silêncio, à noite, no sofá, no quarto, no ônibus depois do dia de trabalho.



“AS BETS CONTINUAM ARRUINANDO A VIDA DE MUITOS BRASILEIROS”

A convocação para 2026 não aconteceu na sede da CBF nem em algum auditório funcional, mas num museu. Mais de mil pessoas viram números musicais, jornalista de mestre de cerimônia e intervalo comercial. Os 26 nomes chegaram numa pastinha com o técnico de carro especial. Tudo era show, mercadoria, encenação. Quando, enfim, saiu o nome de Neymar Jr., a síntese do ciclo (vicioso) estava feita: marca, produto, aposta. O puro espírito do tempo: a Seleção como marketing e a monetização da nossa esperança.

O Brasil vive uma crise regulatória. A legislação das bets segue tímida diante dos danos, cada dia mais confirmados por números e histórias de gente que perdeu tudo. A dependência cresce exponencialmente, em especial entre pessoas jovens e mais vulneráveis. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu como transtorno mental. Mas, como nossa zaga à caça do Haaland, a regulação segue atrasada frente à perda de patrimônio familiar, suicídios e abandono de responsabilidades. O Estado brasileiro ainda não tipificou esse crime em andamento nem coibiu os excessos do mercado de

apostas.

Os ingleses codificaram as regras do futebol que perduram até hoje. Ao mesmo tempo, carregam consigo, há séculos, uma relação próxima e preocupante com apostas, enraizada na cultura, vide o ótimo filme *Jogos, trapaças e dois canos fumegantes* (1998), do diretor Guy Ritchie. Na convivência histórica com o **gambling**, a sociedade inglesa não colapsou (ao menos não completamente). Há regulação, há conscientização, há estruturas de proteção.

Talvez, possamos viver com apostas sem que elas destruam tudo.

Mas é preciso que o Estado intervenha com força normativa, que reconheça o problema não após consolidados os danos, mas quando eles aparecem pela primeira vez no horizonte.

O Brasil ainda tem a oportunidade de fazer o que a Inglaterra fez: regulação séria, proteção de menores, limites publicitários, reconhecimento do problema social que merece ser tratado como tal. A vitória normativa sobre as bets seria uma vitória sobre aquela parte de nós que aceita tudo que o mercado nos oferece e o que o direito ainda não proíbe. Não é utopia, mas algo possível, uma vitória que o Estado ainda pode conquistar. Perder para as bets não deve ser, não é e, acreditamos, não será fado nacional.

Paulo Freire dizia que a esperança é a espera que exige luta, ação e transformação. Não se trata de otimismo ingênuo. Esperançar é verbo, não estado. E o Brasil pode esperar agora.

A Copa de 2026 foi uma aposta legítima que perdemos. Há outra aposta em jogo agora, e essa, sim, com chance de ser ganha. É a aposta de que o Brasil pode escolher libertar-se da degradação que as bets impõem. Podemos conquistar uma vitória jurídica que proteja filhos e pais, que mantenha vivas as pessoas, e que preserve a esperança lúdica cotidiana que sempre depositamos no futebol.

Essa vitória não precisa esperar quatro anos, mas precisamos lutar por ela. E ano que vem já tem Copa do Mundo Feminina. Vamos esperar imediatamente!

DRIBLE DE CORPO

● NÚCLEO DE ESPORTES DE A PROVÍNCIA DO PARÁ

HOME OFFICE

A rota de fuga dos técnicos

A temporada das principais ligas nacionais da Europa começa com um sentimento de abandono no retângulo pontilhado destinado aos técnicos de futebol. Figurões descobriram um porto seguro no mercado de seleções para quatro anos quase sabáticos em nome da saúde mental. Em vez da pressão diária de treinos, viagens e jogos, mais tempo para ficar com a família, observações remotas de partidas e atletas, ou seja, o popular home office, e pressão a cada dois ou quatro anos nas disputas de torneios continentais como, a Copa América e a Euro ou a Copa do Mundo. Essa licença-prêmio do estresse afastou dos campeonatos Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Holandês e Português figurões como Carlo Ancelotti, Zinedine Zidane, Roberto Mancini, Thomas Tuchel, Jorge Jesus, Xavi Hernández, entre outros profissionais badalados.



Escrevemos isso a propósito de duas declarações de dois treinadores importantíssimos no mundo da bola. Pep Guardiola (foto), pensa em se aposentar depois dos trabalhos no Barcelona, no Bayern de Munique e no Manchester City. “Eu nem sei o que vou fazer. Será difícil voltar. Esse é o meu sentimento hoje. Preciso renovar muitas coisas que aconteceram na minha vida pessoal. Preciso me encontrar um pouco em coisas diferentes. Preciso sentar e me desligar por um tempo. Esse é um dos principais objetivos”, afirmou o técnico mais revolucionário do início do século 21. “Eu estou divorciado da mulher mais bonita do planeta. É minha esposa, minha ex-esposa. Eu a amo incrivelmente. Mas perdemos a paixão”, desabafou, referindo-se a Cristina Serra, com quem teve três filhos em 10 anos de matrimônio.

O técnico português do Palmeiras, Abel Ferreira, o mais estável e vitorioso do país desde 2020, chamou a atenção em uma crítica veemente. “Acho que o futebol de modo geral está doente. Se não ganhar é fraco, não presta, o segundo é uma m..., e por aí adiante. Andamos obcecados pelo sucesso, pelo primeiro lugar. O futebol está doente, essa é minha opinião. O futebol anda doente”.

Por isso figurões estão buscando tratamento nas seleções. A rotina é menos intensa. Carlo Ancelotti foi campeão na Alemanha, na Espanha, na França, na Inglaterra e na Itália. O único! O técnico da Seleção é o recordista de títulos da Champions League, com cinco troféus. Aos 67 anos, ele escolheu acelerar desacelerando.



Zinedine Zidane (foto), é bicampeão do Espanhol e tri da Liga dos Campeões como técnico. O “retiro” dele é na seleção da França no lugar de Didier Deschamps. Vencedor da Bundesliga pelo Bayern de Munique e da Uefa Champions League pelo Chelsea, o alemão Thomas Tuchel achou a “paz” na seleção da Inglaterra. Jürgen Klopp ostenta no currículo título no Inglês e uma Orelhuda.

O refúgio dele passa a ser a Alemanha até a Copa de 2030. Roberto Mancini é tri do Italiano com a Internazionale, ganhou a Premier League com o Manchester City, levou a Itália à conquista da Euro em 2021, voltou ao mercado de clubes no Al-Sadd, mas está de volta à “zona de conforto” da Squadra Azzurra. Jorge Jesus ganhou Brasileiro, Português, Saudita, mas cansou dos clubes e assumiu Portugal. As seleções viraram mais do que zona de conforto, uma terapia, o mínimo de qualidade de vida e saúde mental para todos.

Energia Solar na Ilha das Onças

“A solução permite instalar baterias de lítio disponíveis no mercado em sistemas solares já em funcionamento, aumentando a qualidade de energia que pode ser guardada para uso nos períodos em que não há geração solar”

Tecnologia



● Placa solar instalada na Ilha das Onças, melhora a vida de toda comunidade na conservação de alimentos e nas atividades domésticas

Melhora vida da comunidade

■ POR ROBERTO BARBOSA

Uma tecnologia desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) permite ampliar o armazenamento de energia solar sem trocar toda a estrutura elétrica que já existe. Na prática, a solução permite instalar baterias de lítio disponíveis no mercado em sistemas solares já em funcionamento, aumentando a quantidade de energia que pode ser guardada para uso nos períodos em que não há geração solar.

Isso significa mais tempo de fornecimento de energia, menor dependência de geradores e redução dos custos de implantação, já que não é necessário substituir a infraestrutura existente para aumentar a capacidade do sistema. Na Ilha das Onças, em Barcarena, a solução já integra uma pequena rede elétrica que atende 11 residências e uma igreja.

A tecnologia também facilita a expansão das microrredes conforme a demanda das comunidades cresce. A energia gerada pelos painéis solares é utilizada para iluminação e para o funcionamento de refrigeradores, televisores, bombas de água e motores empregados no processamento de polpas de frutas. Parte da energia gerada durante o dia é armazenada nas baterias para ser utilizada à noite

ou nos períodos de menor incidência de luz solar. O projeto é realizado como parte da pesquisa de doutorado do pós-graduando em Engenharia Elétrica Lucas dos Santos, do Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas (Gedae) da UFPA.

O projeto, que recebeu patente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), utiliza dois equipamentos responsáveis por controlar o carregamento e o fornecimento de energia. Um deles é conectado aos painéis solares e às baterias de lítio de 48 volts. O outro faz a ligação das baterias com a rede de 24 volts responsável pela distribuição de energia à comunidade.

Impacto no dia a dia

Com a energia gerada pelos painéis solares, é possível utilizar eletrodomésticos comuns do dia a dia, como geladeira, televisão, computadores, bombas de água e motores empregados no processamento de polpas de frutas. O sistema também garante a refrigeração de pescados e outros alimentos, além de viabilizar o uso de equipamentos de comunicação e outras estruturas essenciais às atividades das comunidades.

“A patente que desenvolvemos tem o objetivo de adicionar baterias de lítio de 48 volts, que são o

padrão do mercado, a uma rede de corrente contínua de 24 volts já existente. O objetivo era conseguir implementar essas baterias de uma forma simples, que não onerasse muito o custo das instalações existentes e permitisse incorporar baterias com uma tecnologia melhor”, relata Lucas.

Alternativa

A tecnologia foi criada como alternativa a equipamentos comerciais de conversão de energia de maior capacidade, que têm custo mais elevado e são mais difíceis de obter no mercado nacional. Sobre o processo de idealização da solução, o pesquisador explica: “A gente partiu do conhecimento dos equipamentos com os quais já trabalhava no laboratório e da forma de operação que precisava obter. A partir disso, começamos a fazer os testes para criar o protótipo, utilizando equipamentos fáceis de conseguir, relativamente baratos, robustos e de fácil acesso”, pontua o pesquisador.

Sistema

A configuração permite incorporar as novas baterias à estrutura já existente, sem a necessidade de substituir a instalação ou modificar a tensão da rede. O sistema também pode ser programado para

determinar os momentos de liberação da energia armazenada, levando em consideração a quantidade disponível nas baterias e o consumo da comunidade.

“Nosso objetivo era aplicar essa tecnologia às redes que atendem comunidades próximas de Belém, mas que ainda não tinham acesso a um recurso energético adequado, que é importante para todos que vivem nesses locais. Então, buscamos desenvolver uma forma simples, prática e robusta de inserir essas baterias, que são muito melhores do que as utilizadas atualmente”, relata Lucas.

Abastecimento

O sistema contribui para manter o abastecimento de água, a conservação de alimentos e as atividades domésticas e até mesmo econômicas. A energia também pode ser empregada no funcionamento de pequenos empreendimentos e na operação de ferramentas utilizadas nas atividades de trabalho. “Eles não tinham energia e utilizavam apenas o modo tradicional, que era o gerador a diesel, que funcionava algumas horas por dia. O projeto começou com a inserção dessas mini redes em algumas casas e, em seguida, mais residências foram incluídas”, explicou o pesquisador.

NA ESQUINA DA ECONOMIA,
RUA MANOEL BARATA COM RUA DE SUTÍZIO,
NO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM
ACESSO: AVISTAO.COM.BR @SUGASAVISTAO

ATÉ **10X**
SEM ENTRADA
ENTREGA E MONTAGEM GRÁTIS

COMPRE PELO WHATSAPP:
(91)98224-2882